

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

**A influência do perfil dos técnicos de extensão rural
na execução do Programa Rio Rural**

Thiago Milagres Boechat

2023



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**A INFLUÊNCIA DO PERFIL DOS TÉCNICOS DE EXTENSÃO RURAL
NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA RIO RURAL**

THIAGO MILAGRES BOECHAT

Sob Orientação da Professora

Débora Franco Lerrer

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais** no Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ

Junho de 2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B669i Boechat, Thiago Milagres, 1985-
A influência do perfil dos técnicos de extensão rural na execução do Programa Rio Rural / Thiago Milagres Boechat. - Rio de Janeiro, 2023.
83 f.

Orientadora: Débora Franco Lerrer.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade., 2023.

1. Extensão rural. 2. ATER. 3. Técnico de Extensão Rural. 4. Programa Rio Rural. I. Lerrer, Débora Franco, 1968-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

THIAGO MILAGRES BOECHAT

Dissertação/Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de Concentração em Políticas Públicas, Estado e Atores Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 02/09/2022

Débora Franco Lerrer. Dr^a., CPDA/UFRRJ

(Orientadora)

Jorge Osvaldo Romano. Dr., CPDA/UFRRJ

(Examinador interno)

Flaviane de Carvalho Canavesi. Dr^a., UnB

(Examinadora Externa à Instituição)

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, **Adilson Boechat**, *in memoriam*

AGRADECIMENTOS

Além de dedicar este trabalho a meu pai, que sempre foi meu parceiro e incentivador, gostaria de agradecer a meu irmão, fundamental para minha entrada no CPDA e para a conclusão desta fase de minha vida.

Também gostaria de agradecer à minha esposa Mayara e à minha filha Catarina, que foram sempre uma fonte de inspiração ao longo de todo o processo de redação desta dissertação.

Agradeço, ainda, à minha orientadora, Débora, pela disponibilidade em todos os momentos, mesmo naqueles mais difíceis. E agradeço, igualmente, ao CPDA e ao seu corpo técnico, discente e docente, pela oportunidade de poder cursar o Mestrado numa Universidade pública de referência no ensino superior do país, o que é motivo de muito orgulho de minha parte.

RESUMO

BOECHAT, Thiago Milagres. **A influência do perfil dos técnicos de extensão rural na execução do Programa Rio Rural.** 2022. 84p Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

O presente trabalho analisa a influência *a influência do perfil, da trajetória social e de formação acadêmica e política dos técnicos de extensão rural na implementação de projetos de assistência rural*, no período de execução do Programa Rio Rural, entre os anos de 2011 a 2019. Mais exatamente, busca compreender de que maneira a formação acadêmico-profissional do técnico de extensão rural sua posição político-ideológica, entre outros aspectos que conformam seu perfil, são fatores decisivos na realização da política de assistência técnica rural. Deseja-se, com isso, compreender melhor a realidade da atuação desses profissionais. O perfil desses profissionais e a realidade de sua atuação foram examinados a partir de entrevistas semiestruturadas.

Palavras-chave: extensão rural, ATER, técnico de extensão rural, Programa Rio Rural

ABSTRACT

BOECHAT, Thiago Milagres. **The influence of the profile of Rural Extension Technicians in the execution of the Rio Rural Program.** 2022. 84p Dissertation (Master in Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The present work analyzes the influence exerted by the profile of the Rural Extension technicians in the execution of the rural technical assistance policy. More precisely, it seeks to understand how the academic-professional training of rural extension technicians, their political-ideological position, among other aspects that shape their profile, are decisive factors in implementing the rural technical assistance policy. It is intended, therefore, to better understand the reality of the work of these professionals. The profile of these professionals and the reality of their work were examined through semi-structured interviews.

Keywords: Keywords: rural extension, ATER, rural extension technician, Rio Rural Program.

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural;
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural;
AFER	Associação dos Funcionários da EMATER;
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento;
AMGI	Agência Multilateral de Garantias de Investimentos;
ASBRAER	Assistência Técnica e Extensão Rural;
ATER	Assistência Técnica de Extensão Rural;
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária;
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações;
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento;
BM	Banco Mundial;
BPA	Boas Práticas Agropecuárias;
CEB	Comunidades Eclesiais de Base;
CFI	Corporação Financeira Internacional;
CICDI	Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos;
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
COGEM	Comitê Gestor de produtores da Microbacia do Programa Rio Rural;
CONTAG	Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura;
DATER	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;
DRP	Diagnósticos Rurais Participativos;
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural;
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
EMBRATER	Empresa Brasileira de Extensão Rural;
ESALQ	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”;
EUA	Estados Unidos da América;
FASER	Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil;
FEALQ	Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz;
GBM	Grupo Banco Mundial;
IBM	Instituto do Banco Mundial;
IDE	Instituto de Desenvolvimento Econômico;
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário;
MEC	Ministério da Economia;
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);
OEA	Organização dos Estados Americanos;
ONG	Organizações Não Governamentais;
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos;
PEM	Planos Executivos das Microbacias Hidrográficas;
PESAGRO	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro;
PID	Planos Individuais de Desenvolvimento;
PI	Painel de Inspeção;
PID	Plano Individual de Desenvolvimento;
PMDRS	Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável;
PNATER	Política Nacional de ATER;
PND-NR	Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República;
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária;
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária;
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária;
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária;
PT	Partido dos Trabalhadores;
RPPN	Reservas Particulares de Patrimônio Natural;
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar;
SEAPPA	Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento;
SINATER	Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural;
SUAS	Sistema Único da Assistência Social;
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro;
UFF	Universidade Federal Fluminense;
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional;
USP	Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL	21
1.1. O início da Extensão Rural no Brasil	21
1.2. O desmonte da Extensão Rural como política de Estado	27
1.3. A retomada da Extensão Rural como política de Estado	28
1.4. A Extensão Rural no Estado do Rio de Janeiro: a EMATER-RIO	38
2 O BANCO MUNDIAL E O PROGRAMA RIO RURAL	42
2.1. Banco Mundial como ator político e econômico	42
2.2. Programa Rio Rural	44
2.3. Programa Rio Rural e seus Projetos	47
2.3.1. O Programa Rio Rural GEF	47
2.3.3. O Programa Rio Rural BIRD – Fundo Adicional	54
2.3.4. O Programa Rio Rural BIRD - Fundo Adicional (Área Adicional)	56
3 O ASSESSOR TÉCNICO DE EXTENSÃO RURAL	58
3.1. O Assessor Técnico de Extensão Rural	58
3.2. A trajetória como condicionante da atuação dos técnicos de extensão rural	60
3.2.1 Descrição e análise da entrevista semiestruturada nº 1	61
3.2.2 Descrição e análise da entrevista semiestruturada nº 2	65
3.2.3 Descrição e análise da entrevista semiestruturada nº 3	68
3.3 Análise comparativa das entrevistas semiestruturadas	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
ANEXOS	83
Anexo 1. Roteiro das entrevistas semiestruturadas	83

INTRODUÇÃO

O presente trabalho dedica-se ao *tema da Extensão Rural no contexto da implementação do Programa Rio Rural, e volta-se, particularmente, para a influência do perfil, da trajetória social e de formação acadêmica e política dos técnicos de extensão rural na implementação de projetos de assistência rural.*

Hoje, no Brasil, ao menos em teoria, a atuação dos técnicos de extensão rural tem sido guiada por um método educativo e multidisciplinar inspirado pela pedagogia de Paulo Freire (1921-1997), buscando ferramentas que garantam e estimulem o diálogo, a participação social dos envolvidos e a emancipação econômica dos agricultores e de suas famílias. Tem buscado, portanto, ao menos em teoria, promover o desenvolvimento da comunidade e seu território com as populações rurais, evitando o assistencialismo, o tecnicismo e o paternalismo característicos das formas históricas assumidas pela Extensão Rural (FREIRE, 1977).

No entanto, sabe-se que há mais coisas entre a teoria e a prática do que pode imaginar nossa vã filosofia. Daí porque decidi investigar se, e de que maneira, a trajetória formativa e os engajamentos político-ideológicos dos técnicos de Extensão Rural influenciam o cotidiano de seu trabalho.

Com uma estratégia de articulação aos demais setores das políticas públicas e da sociedade civil, a Extensão Rural tem buscado, hoje, ao menos em princípio, estabelecer e fortalecer parcerias governamentais e não-governamentais que contribuam para a construção de um diagnóstico situacional. Além disso, tem buscado produzir análises e reflexões mais críticas das dificuldades para a implementação das políticas de assistência rural, focando na busca por propostas que constam nos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS).

Entretanto, sabe-se que os serviços de Assistência Técnica Rural tiveram seu início, no Brasil, ao final da década de 1940, com forte influência do modelo norte-americano, profundamente tecnicista. Sua implementação deu-se num contexto de alianças estratégicas entre o governo norte-americano e países da América Latina após a Segunda Guerra Mundial. Organizaram-se como um modelo de serviço privado com relações de parceria com o setor público, buscando fazer com que a atuação dos extensionistas potencializasse a *produtividade do setor agrícola concomitantemente à melhora na qualidade de vida das famílias e da população rural* (a partir, fundamentalmente, do aumento da renda).

Em meados da década de 1970 (mais precisamente, em 1975), este serviço tornou-se estatal. A coordenação da Extensão Rural passou às mãos da Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER), com braços executores descentralizados e localizados em empresas estaduais, as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Este período difusionista teve, como característica, a implantação de uma série de técnicas que envolviam o melhoramento de sementes, a utilização de adubos químicos, a mecanização das produções agrícolas das regiões, entre outras tecnologias que representam a “modernização” do campo brasileiro. Outra estratégia levada adiante consistiu na oferta de créditos rurais e o incentivo à produção de máquinas e insumos agrícolas.

Coube à Extensão Rural, neste período, a tarefa de produzir uma alteração da *mentalidade dos produtores*, a partir de incentivos para que passassem a utilizar novas práticas com tecnologia e para que toda a produção fosse voltada ao *padrão agroquímico*, deixando de lado uma abordagem mais tradicional considerada, nos termos da época, “arcaica”, ultrapassada.

Ampliou-se, com isso, de forma significativa, a atuação dos serviços de Assistência Técnica Rural, que passaram a estar presentes em cerca de 80% dos municípios brasileiros. Este período de ampliação das ações e de espaços de atuação dos técnicos de extensão rural teve seu fim nos anos de 1990, a partir de um processo de desmonte que teve reflexos nas Empresas Brasileiras de Extensão Rural, custando o fechamento da EMBRATER e a desativação do Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (SINATER). Com a escassez de recursos federais, as EMATER passaram a enfrentar problemas e limitações para permanecerem atuando, o que levou ao fechamento de alguns de seus escritórios e diminuiu a quantidade de assistência técnica nos territórios para agricultores e suas famílias.

Segundo Rios Thomson, Bergamasco e Borsatto (2017, p. 76), após a eleição, em 1989, do presidente Fernando Collor de Mello, e da eleição de um Congresso Nacional majoritariamente alinhado aos partidos de direita, concretizou-se “a extinção de serviços públicos considerados onerosos e não essenciais ao Estado”.

O Estado assumiu assim, a partir deste momento, a função de gestor ao invés de executor do desenvolvimento nacional. A EMBRATER e outras estatais foram extintas por decreto em 1990 e, sem o apoio do Congresso Nacional, as organizações da Sociedade Civil não encontraram o apoio político necessário ao revés destas ações. (RIOS THOMSON, BERGAMASCO & BORSATTO, 2017, p. 76)

Os autores ainda assinalaram que, com a extinção da EMBRATER, “cessaram os repasses federais às empresas estaduais de ATER e, como consequência, em vários estados ocorreram extinções, em outros, fusões e, naqueles em que o serviço continuou a ser prestado, o sucateamento das empresas estaduais” (RIOS THOMSON, BERGAMASCO & BORSATTO, 2017, p. 76). Com o passar dos anos, a sociedade civil passou a participar do processo de construção de uma *nova visão da Assistência Técnica Rural* de forma mais efetiva, através de representações oriundas da sociedade civil, como a Federação Nacional dos Trabalhadores de Assistência Técnica e Extensão Rural (FAZER), Comunidades Eclesiais de Base (CEB); Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras familiares (CONTAG), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Organizações não governamentais (ONG); organizações de trabalhadores rurais e de outros movimentos sociais do campo.

Neste período, predominou o *humanismo crítico* na ATER brasileira, que pautava “o empoderamento dos agricultores familiares e o papel do Estado como parceiro e, ao extensionista, o diálogo horizontal e democrático” (RIOS THOMSON, BERGAMASCO & BORSATTO, 2017, p. 75). Passaram a surgir ofertas de novas modalidades de extensão rural a partir do enfraquecimento das EMATER, sendo os principais ofertantes as organizações não-governamentais, organizações de agricultores e os movimentos sociais rurais. Nas regiões Norte e Nordeste fluminense, os agricultores familiares sentiram as dificuldades advindas da redução de investimento por parte do estado nos serviços de ATER.

Outro momento fundamental para o processo de desenvolvimento do trabalho do técnico de extensão rural foi o Projeto Lumiar, criado, em 1997, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e extinto em 2000. Este projeto, pioneiro em política de ATER, focava nos assentamentos de reforma agrária espalhados pelo país e tinha como objetivo a promoção da terceirização e da descentralização de toda a assistência técnica em assentamentos rurais, buscando fazer com que as organizações de agricultores assentados pudessem, pelas próprias mãos, iniciar um processo de contratos dos serviços de ATER, ofertados por organizações tanto públicas quanto privadas.

Na década de 1990, as ideias neoliberais tiveram forte avanço, tendo a chancela do governo Fernando Collor como seu embrião no Brasil. O Estado passava a recuar como o ator principal na garantia de direitos, transferindo suas responsabilidades para a sociedade civil, em instâncias de participação institucionais que foram criadas a partir do advento da Constituição Federal de 1988. Mas a eleição, em 2002, de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da

República, proporcionou uma janela de oportunidade fundamental para a retomada de todo um debate no que diz respeito ao processo de reconstrução dos Serviços Públicos de ATER, tendo como base os compromissos assumidos para que fosse realizado um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), assim como a ampliação das políticas de fortalecimento da agricultura familiar em todo o país. Com efeito, já em 2003 foi aprovada a Política Nacional de ATER, coordenada pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Essa ação propunha uma política de extensão rural com foco nos agricultores familiares, quilombolas, povos indígenas, assim como assentados e pescadores artesanais. Estes serviços, segundo o MDA, buscariam a inclusão social de um público rural mais vulnerável, zelando pelo respeito à pluralidade e às diversidades sociais, étnicas, ambientais e econômicas dos territórios.

Vê-se, portanto, que a Extensão Rural, no Brasil, tem uma longa e tortuosa história. Mas de que maneira essa história cruza-se com a trajetória e a história de vida dos técnicos em Extensão Rural, influenciando sobre a execução das políticas de assistência rural e, além disso, moldando, dialeticamente, a *mentalidade dos próprios extensionistas*?

Conforme disse anteriormente, apresento, no presente trabalho, os resultados de uma pesquisa que se situa no campo temático da Extensão Rural e da Assistência Técnica de Extensão Rural. Tomando como objeto de análise a relação entre a trajetória dos extensionistas rurais e sua prática profissional concreta, analiso *a influência exercida pelo perfil dos técnicos de extensão rural na execução da política de assistência técnica rural*. Mais exatamente, busco compreender de que forma a trajetória formativa do técnico de extensão rural e sua posição político-ideológica, entre outros aspectos que conformam seu perfil, são fatores decisivos na realização da política de assistência técnica rural. Em especial, na execução do Programa Rio Rural, no período em que foi alocado um Fundo Adicional, na região da Bacia Hidrográfica do Iguaçu, localizada na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.

Do ponto de vista científico, a pesquisa justifica-se pela percepção de que pouco tem sido produzido, academicamente, sobre a relação entre a prática concreta da Extensão Rural, a trajetória formativa e a posição político-ideológica dos extensionistas rurais. Numa busca pela expressão “Assistência Técnica e Extensão Rural” em resumos de artigos cadastrados no indexador Scielo Brasil, encontrei apenas 30 artigos, nenhum dos quais tratava do objeto aqui analisado. A mesma busca, desta vez na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), revelou a existência de 259 trabalhos. No entanto, apenas uma parcela ínfima desses documentos explora aspectos relacionados ao objeto de minha pesquisa, tais como a formação

do técnico de extensão rural como norteador de suas ações, sendo que absolutamente nenhum desses trabalhos abordava a experiência particular do Programa Rio Rural.

Do ponto de vista de sua relevância social, a presente pesquisa justifica-se pela importância dos extensionistas da ATER na realização das políticas voltadas ao desenvolvimento rural no Brasil. Afinal, muito embora a assistência técnica rural seja formulada e executada pelas EMATER em parceria com Prefeituras, é o extensionista, efetivamente, quem atua na ponta, em contato direto com os pequenos e médios produtores e produtoras. Consequentemente, conhecer o perfil desses profissionais e a influência que este exerce em sua atuação concreta pode contribuir para avaliarmos – e, eventualmente, transformarmos – a política brasileira de assistência técnica rural.

Ainda no que concerne à relevância social, vale ressaltar que os investimentos financeiros do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no Estado do Rio de Janeiro, nos períodos de execução do Programa Rio Rural, aumentaram consideravelmente, o que sinaliza a magnitude dos interesses político-econômicos aí envolvidos.

A pesquisa cujos resultados ora apresento partiu da hipótese de que toda sua história formativa, além de sua posição político-ideológica é fruto de sua trajetória, sendo influência significativa em seu perfil como extensionista rural e, conseqüentemente, decisivo na forma como vê e realiza a execução dos programas de desenvolvimento rural. As perguntas que me coloquei, de início, foram as seguintes: A formação acadêmica dos técnicos de extensão rural é adequada aos problemas que eles enfrentam no cotidiano de seu trabalho? De que forma as preferências e convicções político-ideológicas desses profissionais afetam seu cotidiano de trabalho?

Na medida em que me interessava conhecer o perfil dos extensionistas rurais e a forma como esse perfil influencia sua prática profissional concreta, optei, metodologicamente, pela obtenção do material a ser analisado, pela realização de entrevistas semiestruturadas com estes profissionais, que devido à epidemia de Covid 19 tiveram que ser feitas de modo remoto. Objetivei, com essas entrevistas, alcançar parte da realidade do trabalho desses profissionais, evitando, dessa forma, idealizações que impedem verificarmos a distância que existe entre a teoria e a prática profissional (MINAYO, 2010).

A partir dessas entrevistas semiestruturadas, busquei identificar questões específicas da trajetória formativa desses técnicos e suas opções e convicções político-ideológicas. A categoria

trajetória, em especial, decisiva para minha análise, retirei-a do pensamento de Pierre Bourdieu (1930-2002), conforme mostrarei à frente.

Aliás, vale adiantar que os capítulos iniciais e as análises das entrevistas semiestruturadas contaram com o aporte teórico de, principalmente, três autores: Paulo Freire (1921-1997), Pierre Bourdieu (1930-2002) e Marcelo Miná Dias.

De Paulo Freire, como mostrarei mais adiante, extraí as reflexões sobre a Extensão Rural e sobre o significado ideológico e político do termo “extensão” (1977). De Pierre Bourdieu, suas análises sobre a sociologia do conhecimento (2004, 1996, 1983) e, portanto, sobre as determinações culturais, políticas e econômicas que fazem com que as ideias e as práticas expressem as contradições da totalidade social. De Miná Dias (2018, 2007), o conhecimento sobre a política de assistência técnica rural e seu acúmulo sobre a história dessa mesma política no Brasil.

Durante o processo de realização das entrevistas, enfrentei dificuldades decorrentes da pandemia do coronavírus SARS-CoV. A necessidade de isolamento social inviabilizou alguns dos encontros previamente agendados e exigiu reformulações no formato das entrevistas. Seja como for, avalio que as entrevistas com os técnicos em ATER foram fundamentais para o desenvolvimento de meu trabalho, uma vez que, somente a partir delas, julgo ter sido possível identificar a influência concreta exercida pelo perfil dos técnicos de extensão rural na execução da política de assistência técnica rural.

Mesmo com todos os impedimentos e dificuldades para realização dessas entrevistas, consegui realizá-las até o mês de março do presente ano, podendo então passar à análise do material coletado. Ao todo, foram realizadas três entrevistas semiestruturadas com técnicos de extensão rural da EMATER por meio de aplicativo de videoconferência. As entrevistas basearam-se no roteiro anexo ao presente documento (Anexo 1) e foram analisadas com base no método comparativo (SCHNEIDER & SCHMITT, 1998), o que implicou a seleção de séries de fenômenos que fossem efetivamente comparáveis; a definição dos elementos a serem comparados e, por fim, esforços de generalização.

O presente trabalho, portanto, busca *analisar* a influência exercida pelo perfil dos técnicos de extensão rural na execução da política de assistência técnica rural. De certa forma, é uma tentativa de compreender como a formação acadêmico-profissional do técnico de extensão rural, sua posição político-ideológica, entre outros aspectos que conformam seu perfil, são fatores possivelmente relevantes na realização da política de assistência técnica rural.

Esse objetivo geral desdobra-se em objetivos específicos. Isso porque, com a análise da influência exercida pelo perfil dos técnicos de Extensão Rural na execução da política de assistência técnica rural, desejou-se *compreender* melhor a realidade da atuação desses profissionais, a influência de sua trajetória formativa e política, e, sobretudo, *contribuir* para uma avaliação mais realista da política brasileira de assistência técnica rural.

Para analisar a história da Extensão Rural no Brasil, o papel do Banco Mundial na implementação do Programa Rio Rural e, finalmente, a influência da trajetória formativa e política dos extensionistas e a avaliação que fazem de sua atuação no programa Rio Rural, empreguei um conjunto seletivo de autores.

Em um primeiro momento, utilizei-me das reflexões desenvolvidas por Paulo Freire em “Extensão ou Comunicação?” (FREIRE, 1977). Neste livro, Freire elaborou uma reflexão profundamente crítica da experiência que teve na implantação da reforma agrária no Chile. Ali, Freire criticou a falta de diálogo efetivo entre extensionistas e seu público-alvo, e descreveu o que ele percebia como um sentimento de superioridade por parte dos extensionistas, supostos detentores do conhecimento, apontando um embate entre a técnica e a prática que tem acompanhado a dicotomia agrônomo/camponês.

Outro autor empregado, pela abordagem da extensão rural como ação educativa é fundamental para a troca de experiência e desenvolvimento de pessoas, foi Marcelo Miná Dias. Segundo Dias, a ação Extensionista pode envolver processos educativos não formais, em que estratégias de ensino-aprendizagem são mobilizadas para desenvolver capacidades. Para ele, há situações em que os extensionistas atuam como mediadores ou facilitadores de processos que visam apoiar a organização e a ação coletiva de agentes que trabalham para promover o desenvolvimento rural em contextos locais. Neste caso, os assuntos e temas ampliam-se e se distanciam um pouco mais do universo das técnicas e práticas produtivas.

Ainda segundo Dias (2007), a abrangência da ação, quando relacionada a objetivos de promoção de mudanças sociotécnicas (ou promoção do desenvolvimento), permite compreender que os extensionistas podem focar sua prática profissional nos aspectos técnico-produtivos, atuando como especialista em determinado tema. A atuação especializada também pode ocorrer em relação aos aspectos econômicos, sociais e ambientais, quando o profissional possui qualificações para prestar assessoria ou aconselhamento na área de administração rural, associativismo ou serviços ambientais, por exemplo.

Em artigo escrito coletivamente com France Maria Gontijo Coelho e Davi Augusto Santana de Lelis (2012), Dias sinalizou que o discurso crítico já se tornou lugar comum entre

muitos teóricos da extensão, quando proferem análises das práticas difusas e de suas justificações. Mas os autores assinalaram que ainda se faz necessária uma busca do entendimento sobre os objetos com os quais o extensionista trabalha e seus significados e implicações socioambientais.

Dias, Coelho e Lelis (2012) refletiram, ainda, sobre a questão da produção propriamente dita e afirmaram que a função de orientação da produção não desaparece das responsabilidades da extensão rural. Contudo, segundo os autores, fica evidente que o desejo dos extensionistas de aumento de produção não acontece no vazio. Isso porque, ao se trabalhar com produção, outras esferas da vida são envolvidas. Afinal, os limites socioambientais, arranjos político-culturais – tanto dos extensionistas quanto dos agricultores envolvidos por seu trabalho de orientação – compõem um cenário complexo que demanda questionamentos epistemológicos e indagações sobre critérios ético-metodológicos.

As reflexões epistemológicas e metodológicas do sociólogo francês Pierre Bourdieu orientaram minha reflexão sobre a relação entre a trajetória dos técnicos em extensão rural e sua prática profissional concreta. Com base em Bourdieu (1996), entendo que os desafios da Extensão Rural são mais do que problemas pessoais de conduta: são problemas de instituição, ou seja, de algo que se instituiu e, como tal, realiza funções de maneira automática e pré-definida. Afinal, como demonstrou Montagner (2007, p. 255) desde o ponto de vista do conceito de trajetória, desenvolvido por Bourdieu,

Se o campo está em permanente mudança, a trajetória social é o movimento dentro de um campo de possíveis definido estruturalmente, mesmo que as estratégias e os movimentos individuais sejam ao acaso. O sentido, ou sentidos, de cada ato do agente ou de um grupo social, só ganha solidez sociológica quando relacionado com os estados pelos quais passou a estrutura do campo enquanto espaço relacional dos postos, posições e disposições dos agentes dentro desse campo em cada momento. Assim, toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus* e reconstitui a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos" (Bourdieu, 1996a).

A partir destas influências teóricas, limitei minha atenção às experiências do Programa Rio Rural realizadas na fase do Fundo Adicional, momento em que se ampliaram as áreas de atuação do Programa Rio Rural, com adicional de aporte de recursos para uma região específica, devido às fortes chuvas que afetaram a região serrana. Nesta fase, ampliaram-se as chamadas “áreas de replicabilidade”, passando a contemplar a microbacia hidrográfica do Iguaçu, localizada na Baixada Fluminense.

A escolha deste momento do programa como parte de meu objeto adveio da necessidade de delimitar um “espaço/tempo” de estudo, tendo em vista o tamanho e a complexidade do Programa Rio Rural e suas fases no decorrer dos anos.

Focando a pesquisa neste momento específico do Programa Rio Rural, delimitaremos um espaço de atuação dos técnicos de extensão rural, o que permitiu uma análise amostral da atuação destes técnicos, porém, com a oportunidade de esclarecer pontos fundamentais para a formação e atuação destes atores, com impactos significativos para as famílias beneficiárias do Programa.

A realidade do trabalho dos assistentes técnicos rurais foi examinada a partir dos dados obtidos por entrevistas semiestruturadas. Quanto à EMATER e a atuação de seus técnicos, levantei informações tanto na sede da instituição quanto a partir das entrevistas e diálogos com os técnicos de extensão rural. Pretendi, com isso, conhecer a forma como são apropriados e implementados os objetivos e os critérios do Programa pelos assessores técnicos de extensão rural.

Na medida em que o presente trabalho busca analisar a influência exercida pelo perfil dos técnicos de extensão rural na execução da política de assistência técnica rural, apresentaremos, ainda que de maneira sucinta, um histórico da Extensão Rural no Brasil. Além disso, como tomei como caso singular o Programa Rio Rural, achei importante apresentar alguns aspectos do Programa e sua relação com o Banco Mundial.

Por essa razão, meu trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, intitulado “A extensão rural no Brasil”, busquei demonstrar o processo histórico de construção da Extensão Rural no país, relatando seu início, o momento de desmonte, assim como o processo de retomada da Extensão Rural como política de Estado. No segundo capítulo, intitulado “O Banco Mundial e o Programa Rio Rural”, busquei demonstrar a importância do Banco Mundial para o aumento de investimentos nos programas de desenvolvimento rural no país, em destaque o Programa Rio Rural, responsável pela movimentação de uma quantidade significativa de recursos e importantes alterações na condução do trabalho de assessoria técnica de extensão rural no Estado do Rio de Janeiro. No terceiro capítulo, intitulado “O Assessor Técnico de Extensão Rural”, tratei do objeto específico desta pesquisa, sinalizando aspectos da construção deste técnico de extensão rural e suas influências, assim como o impacto destas influências no seu agir profissional e sua visão de mundo. Por fim, tracei algumas considerações visando salientar alguns resultados obtidos e apontar futuros caminhos de pesquisa.

1 A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

1.1. O início da Extensão Rural no Brasil

A atuação da Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER) propõe uma prática de caráter educativo multi e interdisciplinar, amparada em técnicas e ferramentas que estimulam o diálogo, a participação e a emancipação social e econômica dos agricultores, suas famílias, moradores das comunidades rurais e áreas agrícolas¹.

No Brasil, a origem dos serviços de ATER situa-se em finais da década de 1940, quando foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), no estado de Minas Gerais, em 1948. Essa iniciativa resultou de recomendações do empresário norte-americano Nelson Rockefeller ao governo mineiro para a criação de uma instituição que atuasse em prol da melhoria das condições sociais e econômicas da vida no meio rural (CASTRO, 2015). Assim, a ACAR, entidade civil sem fins lucrativos, foi estruturada de acordo com o modelo norte-americano de difusão de inovações, o qual, basicamente, atribuía à extensão rural a missão de oferecer assistência técnica aos produtores rurais para que adotassem as inovações desenvolvidas em institutos de pesquisa agrícola. Em outras palavras, a função dos institutos de extensão rural era a de servir de interlocutor entre os agricultores e as instituições geradoras de inovação para a agropecuária.

De acordo com Oliveira (1999), ao final da década de 1950, os serviços de ATER já se encontravam presentes na metade dos estados brasileiros, estando presentes em todos os estados das regiões Sudeste e Sul e expandindo-se para os estados do Nordeste (Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba) e Centro-Oeste (Goiás). A expansão da ACAR no território nacional propiciou a institucionalização efetiva de um serviço de ATER no país, que passou a ser coordenado, em 1956, pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), entidade de caráter privado que congregou todas as ACAR segundo um modelo centralizado e vertical de orientação (CAPORAL, 1998 apud OLIVEIRA, 1999).

¹ Importante sinalizar que optei por utilizar determinadas referências bibliográficas para abordar a temática da Extensão Rural no Brasil, dentre elas autores como MOLINA, SANFELICE, MARCELO MINÁ DIAS, MAURO MARCIO OLIVEIRA e BERGAMASCO, porém, cabe destacar que a bibliografia referente à esta temática é composta por uma gama maior de autores que tratam a literatura a respeito deste tema, tais como, ALESSANDRA MARIA DA SILVA, NIRALDO JOSÉ PONCIANO, PAULO MARCELO DE SOUZA, DAVID AUGUSTO SANTANA DE LELIS, FRANCE MARIA GONTIJO COELHO, dentro outros.

O golpe civil-militar e o regime ditatorial que se instalou no Brasil a partir de 1964 aceleraram o desenvolvimento do setor da agricultura empresarial no país, e impulsionaram o desenvolvimento da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), da Universidade de São Paulo (USP). Nesse sentido, a agricultura, a educação superior agrícola e a ditadura civil-militar de 1964 a 1985 guardam relação íntima com o processo de institucionalização e expansão da ATER em nosso país.

Algumas políticas com foco na ocupação territorial foram inícios de propostas que tinham como objetivo a promoção de políticas agrárias com um cunho mais democratizante. Segundo Lerrer e Forigo (2019), em artigo intitulado, “A política do silêncio do problema agrário brasileiro”, os autores abordam este processo e chamam atenção para este momento, sinalizando o caráter tímido desta política, se limitando a algumas localidades chamadas de colônias agrícolas, especificamente nos estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Goiás.

No artigo “Ditadura e educação agrícola: A ESALQ/USP e a ‘gênese’ do agronegócio brasileiro”, Molina e Sanfelice (2018) mostram como, no período histórico de 1964 a 1985, ocorreu o processo conceituado como “modernização conservadora” (2018, p. 323) da agricultura, quando o meio rural brasileiro foi alterado pela irrigação de créditos subsidiados e inovações tecnológicas fomentadas pela EMBRAPA, que contaram com os laboratórios e salas de aula da própria ESALQ/USP, sendo mantidas a estrutura agrária latifundiária, assim como os oligopólios político-econômicos e a extrema exploração dos trabalhadores rurais.

A análise de Molina e Sanfelice (2018) mostra, ainda, como o imperialismo norte-americano passou a intervir no financiamento, na comercialização da produção e no transporte dos produtos, intervenção está legitimada pela ideologia propalada por intermédio de agências públicas ou privadas.

Com interferência direta da Agência dos EUA para o desenvolvimento internacional (USAID), buscou-se aplicar, aqui, o sistema de *Land Grant Colleges*, pensado para as escolas agrícolas, originário da reforma agrária estadunidense na transição dos séculos XIX e XX, o qual objetivou fomentar um sistema integrado e federal de escolas agrícolas que atendesse aos interesses dos diferentes tipos de produtores rurais, especialmente a produção familiar por meio da cooperação entre diversas unidades científicas e educativas dos municípios.

Para que esse objetivo fosse alcançado, era necessário convencer os brasileiros de que objetivava tão somente aperfeiçoar o modo de produção vigente, pensando um programa de conscientização energética de educação elevada, tendo financiamento e suporte técnico dos EUA via USAID, Fundação Rockefeller e Fundação Ford. Essa parceria realizou-se desde a

década de 1950 e aprofundou-se durante o período da ditadura militar, vindo a diminuir, consideravelmente, apenas após a crise econômica mundial de 1974. Em nota de rodapé, Molina e Sanfelice (2018) também assinalam:

Entidades privadas dos EUA, como a Fundação Rockefeller, já vinham atuando no Brasil desde a década de [19]20, fazendo a chamada filantropia científica. No entanto, a presença da USAID gerou celeuma porque implicava envolvimento oficial com o governo de outro país na educação brasileira, evidentemente por interesses próprios, e não filantropia (MOLINA & SANFELICE, 2018, p. 339)

Durante toda a ditadura civil-militar, a maior parte dos investimentos em pesquisa, educação e extensão foi realizada pelo Estado Brasileiro, que multiplicou os financiamentos entre os anos de 1968 e 1973, privilegiando principalmente as ciências aplicadas, o que beneficiou diretamente a ESALQ.

Foi precisamente neste contexto em que o presidente Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) foi convidado pelos alunos como paraninfo da turma de agricultura de 1971, sendo, inclusive, surpreendido por centenas de estudantes da ESALQ, dos quais treze deles vestiam as camisas do Projeto Rondon. Segundo Molina e Sanfelice (2018), o Projeto Rondon e outras práticas extensionistas visavam legitimar o poder da ditadura por meio do cooptação dos jovens que seriam a vitrine do governo em projetos sociais, por meio do assistencialismo e paternalismo.

Assim como Médici, outro membro do Governo Federal que veio a visitar a Escola foi o Secretário da Agricultura do Estado de SP, Araujo Dias. Esta visita fazia parte do desejo de que a ESALQ buscasse a graduação de agrônomos que fossem “um misto de técnicos especializados e capatazes ‘tradicionais’ para auxiliar as diferentes formas de trabalho que existiam no campo” (2018, p. 327).

Ou seja, buscava-se formar técnicos especializados – para auxiliar na região centro-sul (o Brasil rico e moderno com máquinas e demais insumos) – e capatazes “tradicionais” – para lidar com as regiões “hostis” e pobres (como a Amazônia). A depender da área de atuação do agrônomo, este deveria adequar-se aos diferentes sistemas de trabalho, atuando também como divulgador das técnicas científicas e, sobretudo, da consciência e responsabilidade social de “verdadeiros agentes do desenvolvimento agrícola nacional” (MOLINA & SANFELICE, 2018, p. 327).

A criação dos programas de pós-graduação foi uma das prioridades dos tecnocratas educacionais e economistas no período da ditadura civil-militar. Na década de 1970, especificamente, estes programas auxiliaram os governos militares na implantação do projeto

político-econômico de modernização conservadora, a partir da introdução de tecnologias avançadas do ponto de vista da agricultura.

Dentro dessa conjuntura de cooptação, coerção e repressão ditatorial, a partir de 1964, foi estratégico o curso de pós-graduação em ciências agronômicas em articulação com o governo dos EUA e sob assessoramento do Conselho Interamericano Cultural da Organização dos Estados Americanos (OEA). Vale ressaltar, como bem o fizeram Molina e Sanfelice (2018, p. 328), que essas interferências imperialistas conviviam com o discurso político dos militares que fomentava o nacionalismo do “Brasil Grande”, “suposta potência sul-americana que seria vanguarda nessa dita modernização” (MOLINA & SANFELICE, 2018, p. 328).

A ESALQ/USP foi uma das primeiras instituições do Brasil a articular pesquisas integradas. Todos os esforços de formação de mestres e doutores serviam para aumentar a produção de ciência visando à solução de problemas específicos do país de amplitude continental do país e com particularidades regionais.

Segundo Molina e Sanfelice (2018), a ESALQ/USP foi fator fundamental para o crescimento econômico das empresas agrícolas nacionais e multinacionais aqui instaladas. Uma dessas empresas foi a EMBRAPA, fundada em 1974, tendo carência de mão de obra especializada, pois em seu corpo de oitocentos e trinta pesquisadores, apenas 17% possuíam pós-graduação, com somente dois doutores.

Molina e Sanfelice (2018) também reforçam que, nos anos de 1970, fundações de apoio à pesquisa foram criadas, tendo como objetivo atingir a eficiência exigida pela dinâmica das agências financiadoras, nacionais e internacionais, e facilitar a entrada de verbas para as instituições.

Durante a ditadura, essas fundações faziam parte de uma estratégia para transformar as universidades em fundações de direito público ou privado dentro de uma estratégia de desburocratização das mesmas.

Para Molina e Sanfelice (2018), este processo foi materializado com a criação da Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (FEALQ), inaugurada em 1976, que buscava a captação de recursos externos para promover programas de pesquisa científica, publicações, eventos e cursos que atendem aos interesses da agroindústria.

Neste contexto ditatorial, as universidades tiveram alterações, a partir da reforma universitária implantada em 1968, influenciada pelo modelo norte-americano de ensino superior.

Foi nesse momento que a ESALQ e o conjunto da Educação brasileira foram afetados pelo tecnicismo em prejuízo da ciência pura. Foi instituído o sistema de créditos acabando com a tradição das turmas, fragmentando e desmobilizando a formação coletiva dos alunos. Agora, o aluno individualmente deveria “conquistar” seu diploma cumprindo um determinado número de créditos, em disciplinas essenciais ou obrigatórias e a parte restante em disciplinas eletivas, escolhidas individualmente pelo aluno, de acordo com seus interesses particulares (MOLINA & SANFELICE, 2018, p. 332).

Com o crescimento dessas instituições, o Estado brasileiro, gradativamente, foi trazendo-as para sua esfera de influência e controle, oferecendo apoio financeiro e exigindo em troca apoio ao seu projeto de desenvolvimento rural, culminando, em 1975, com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER).

A partir desse momento, a ABCAR foi incorporada pela EMBRATER, e as ACAR (instituições estaduais de ATER) passaram a ser chamadas de Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e se subordinaram ao controle da EMBRATER para receber auxílio financeiro desta. Enquanto a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), criada no ano anterior (1974), cuidava da inovação agropecuária, caberia, a partir de então, à EMBRATER, a difusão da inovação no ambiente rural por todo o Brasil.

Em 1975, o serviço passa a ser estatal, sendo então coordenado pela Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER) e executado pelas empresas estaduais – as EMATER. Tem início o chamado período difusionista, caracterizado pela disseminação do pacote tecnológico, composto por sementes melhoradas, adubos químicos, agrotóxicos e mecanização. Nessa época, a ATER passa a integrar o conjunto de instrumentos de política de modernização da agricultura brasileira, ao lado do crédito rural subsidiado, da pesquisa e dos incentivos para implantação de indústrias de máquinas e insumos agrícolas.

Segundo Rios Thomson, Bergamasco e Borsatto (2017, 1983, p. 73), dados de 1979 demonstram que houve clara seleção do público atendido pelos serviços de ATER do período: apenas 16% do total de produtores brasileiros foi atendido e, no caso do crédito agrícola, menos de 15% do total disponibilizado foi acessado por pequenos produtores.

Assim, as ações de desenvolvimento rural levadas a cabo pelo governo brasileiro nas décadas de 1970 e 1980 foram, sem dúvidas, bem-sucedidas na consolidação da denominada modernização conservadora (PASSOS GUIMARÃES, 1968) do campo brasileiro, por meio da formação de uma classe de empresários rurais altamente capitalizados e do aumento subsidiado da produtividade agrícola nacional. (RIOS THOMSON, BERGAMASCO & BORSATTO, 1983, p. 73-74)

Ainda de acordo com Rios Thomson, Bergamasco e Borsatto (2017, 1983, p. 74), esse modelo acarretou na “migração massiva de populações rurais para os centros urbanos em busca de empregos e renda”, produzindo uma “grave crise social que, somada à crise inflacionária e vertiginoso aumento da dívida externa, pôs em xeque as políticas de governo adotadas durante as décadas anteriores”.

Como resultado das pressões da sociedade civil organizada, em 1980, o Ministério da Agricultura passou a determinar que mais agricultores fossem atendidos por técnicos de ATER, dentre os quais pequenos e médios agricultores, bem como que a abordagem incluísse novamente a qualidade de vida da família rural. (RIOS THOMSON, BERGAMASCO & BORSATTO, 1983, p. 74)

Em 1985, a extensão rural prioriza os pequenos e médios agricultores, em diálogo com as diretrizes do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND-NR), que estabeleceu a dívida social como prioridade de governo, e com a carta do 4º. Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), realizado meses antes (RIOS THOMSON, BERGAMASCO E BORSATTO, 2017, 1983, p. 74). A EMBRATER passou a incorporar também o apoio à formação de organizações de agricultores e a adoção de práticas ecológicas. Desta forma, a sociedade civil passou a ter um espaço estratégico e a participar na construção do que seria uma nova ATER, através da atuação das Comunidades Eclesiais de Base, da CONTAG, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de Organizações não governamentais (ONG), das organizações de trabalhadores rurais e de outros movimentos sociais do campo.

A nova proposta baseou-se amplamente na visão de Paulo Freire (1977), ao valorizar os saberes locais e a construção coletiva de soluções, capitaneadas pelos próprios agricultores, sendo o Extensionista um intermediador deste processo. Entretanto, nesse mesmo período, segundo Castro (2015, p. 51), as forças que resultariam na erosão desse modelo já estavam em movimento. Com as duas crises do petróleo, em 1973 e 1979, o aumento das taxas de juros internacionais e a conseqüente crise da dívida brasileira da década de 1980 – os alicerces do Estado desenvolvimentista brasileiro, pautado nos empréstimos internacionais com juros reduzidos das décadas de 1950 e 1960 – foram abalados.

Segundo Rios Thomson, Bergamasco e Borsatto (2017), a existência da EMBRATER passou a ser crescentemente ameaçada junto ao governo, “no qual a ampla maioria dos gestores detinha a convicção de que a modernização agrícola havia sido bem-sucedida e que, portanto, a assistência técnica deveria limitar-se à prestação de serviços privados futuramente” (RIOS THOMSON, BERGAMASCO E BORSATTO, 2017, 1983, p. 75).

A partir da eleição de 1989, com Fernando Collor na presidência, o Estado assumiu a função de gestor ao invés de executor do desenvolvimento nacional e foram extintas a EMBRATER e outras estatais, a partir de um decreto de 1990.

1.2. O desmonte da Extensão Rural como política de Estado

Após esse período de crescimento, a extensão rural brasileira sofre processo de desmonte nos anos 1990, quando o governo federal fecha a EMBRATER e desativa o sistema nacional de ATER.

Sem recursos federais, as EMATER enfrentam dificuldades para manter seus serviços, sendo obrigadas a fechar escritórios locais e a reduzir a assistência técnica aos agricultores.

Após a extinção da EMBRATER, cessaram os repasses federais às empresas estaduais de ATER e, como consequência, em vários estados ocorreram extinções, em outros, fusões e, naqueles em que o serviço continuou a ser prestado, o sucateamento das empresas estaduais.

A coordenação do Sistema brasileiro de ATER foi transferida à EMBRAPA e a regulamentação e prestação dos serviços de ATER circunscritas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (PEIXOTO, 2008), que atua exclusivamente em áreas de Reforma Agrária. (PEIXOTO, 2008)

Em 1990, a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER) foi criada por dirigentes de empresas estaduais de ATER, numa tentativa de manter a articulação entre as entidades. Porém, devido às restrições da coordenação do Sistema brasileiro de ATER via EMBRAPA e ao impacto drástico nos orçamentos das entidades, o desmembramento do sistema foi inevitável (RIOS THOMSON, BERGAMASCO & BORSATTO, 2017).

O governo federal e os estaduais já vinham enfrentando, desde o início da década de 1980, uma severa crise fiscal. A revisão sobre o tamanho e o papel do Estado na economia fez-se presente, e o financiamento de praticamente todas as funções estatais foi reduzido. Neste período a assistência técnica aos agricultores não foi poupada dos cortes orçamentários e da redução forçada de sua capacidade de atuação.

A ATER brasileira passou a enfrentar uma crise sem precedentes, afetando mais intensamente os estados e municípios mais pobres do país, bem como os pequenos agricultores, que tinham menos condições de acesso a serviços de ATER que não os ofertados pelas instituições públicas em crise. Com o enfraquecimento das EMATER, surgem outras

modalidades de oferta de extensão rural, proporcionadas principalmente por organizações não-governamentais, movimentos sociais rurais e organizações de agricultores.

Mesmo com o avanço desses serviços públicos não estatais, a redução do apoio do Estado em ATER comprometeu significativamente a oferta dos serviços ao campo, em especial aos agricultores familiares das regiões Norte e Nordeste. (RIOS THOMSON, BERGAMASCO & BORSATTO, 2017).

1.3. A retomada da Extensão Rural como política de Estado

De acordo com Peixoto (2008), o debate em torno da proposta de estabelecimento de uma ATER pública e universal tomou corpo durante o “Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Uma nova extensão para a agricultura familiar”, ocorrido em agosto de 1997, na capital federal, organizado pela FASER, CONTAG, ASBRAER, com o apoio do Governo de Fernando Henrique Cardoso. No evento, foram retomadas as discussões acerca dos princípios e diretrizes da ATER pública, no sentido do humanismo crítico e do movimento agroecológico, bem como propostas para sua operacionalização.

Peixoto (2008) também destaca que, em 1997, ocorreu a primeira experiência de terceirização de serviços de ATER pelo Estado, através do projeto Lumiar coordenado pelo INCRA e, portanto, voltado aos assentamentos da Reforma Agrária. O projeto atendeu mais de cem mil famílias, apesar de cancelado pelo governo em 2000.

Segundo Castro e Pereira (2017), após o hiato da ATER no debate público na década de 1990 e início dos anos 2000, com a consolidação do PRONAF, novas demandas da agricultura familiar começaram a ser debatidas no meio político, entre elas a demanda por ATER. A busca por um novo modelo de extensão rural pública não é novidade.

Ainda segundo Castro e Pereira (2017), ao fim de 1999 até janeiro de 2001, uma série de decretos levou à criação do MDA. Em 1985, o decreto nº 91.214 cria o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad). Em 15 de janeiro de 1989, a medida provisória nº 29 extinguiu o Mirad. Em março de 1990, é incorporado pelo Ministério da Agricultura. Em 29 de abril de 1996, por decreto, é nomeado o ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária, motivado pelo Massacre de Eldorado dos Carajás. Em 1999, ocorre a mudança do gabinete de ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária em Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar e, com a Medida Provisória nº 1.999-

13, de 14 de dezembro de 1999, em Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário.

Em agosto de 2001, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foi transferido para o MDA, tendo suas atribuições relacionadas com a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares. Já em maio de 2016, através de decreto da Presidente da República à época, Dilma Rousseff, Patrus Ananias foi exonerado do cargo de Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário. Em 2016, a medida provisória nº 726, expedida pelo Presidente em exercício Michel Temer, extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), transferindo suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Em um processo de redemocratização no país no fim da década de 80, antigas reivindicações de movimentos sociais do campo, mais especificamente o sindicalismo rural, com foco na construção de políticas e ações que, de certa forma, compensariam os efeitos nocivos da política econômica adotada pela ditadura militar, são retomadas, exercendo forte pressão que teve seu marco, no que diz respeito às políticas públicas, ao fim da década de 80 com promulgação da constituição federal de 1988.

Mais adiante, em um contexto de retomada da democracia no país, com um presidente sofrendo processo de impeachment, como foi o caso do presidente Collor de Mello, enfim o Brasil, depois das diversas mobilizações como os Gritos da Terra, por exemplo, começa um processo de reconhecimento de demandas da agricultura familiar do país a ponto que, em 1996 é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

De acordo com o discurso governamental de então, essa nova política pública seria o principal instrumento utilizado para construir um novo modelo de desenvolvimento rural no Brasil. Sua missão fundamental seria combater as desigualdades que marcaram tradicionalmente as políticas estatais voltadas para estimular a mudança da base técnica da agricultura do país.

A inserção do Pronaf na política agrícola brasileira suscitou, desde cedo, inúmeras interpretações. O padrão de organização da produção privilegiado em sua versão original estava assentado, implicitamente, em uma lógica setorial e produtivista sustentada na modernização tecnológica da agricultura, abrindo pouco espaço para a diversificação econômica das unidades familiares e para a disseminação de práticas produtivas mais harmoniosas com o meio ambiente. Ademais, ao definir o seu público-alvo, tal política assumia um caráter seletivo e excludente dos agricultores e das regiões mais pobres do território nacional.

Apesar de seus problemas de implantação, as evidências colhidas durante os dois primeiros anos de vigência do programa sugeriam que ele estaria conseguindo equacionar seus problemas de origem e “produzir o ambiente institucional necessário à ampliação da base social da política nacional de crédito e de desenvolvimento rural”. (GRISA e SCHNEIDER, 2015. p. 54)

A agricultura familiar começa a fazer parte da agenda política nacional através do Pronaf, sendo, segundo a obra, Políticas Públicas em Desenvolvimento, organizado pelos autores Sérgio Schneider e Catia Grisa tendo quase um século de atraso em relação à experiência dos países desenvolvidos que, desde o início do século XX, optaram pelo incentivo ao modelo familiar de produção agrícola.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que o Pronaf se configura neste momento como um instrumento governamental com uma capacidade de aumento de investimentos à agricultura familiar, ampliando a possibilidade dos agricultores realizarem suas produções, consequentemente gerando mais renda e a melhora da qualidade de vida das comunidades e áreas rurais em todo o país.

Até o início da década de 1990 não havia nenhum tipo de política pública específica, com abrangência nacional, voltada para o financiamento do segmento social formado pelos produtores familiares no Brasil. Na realidade, não existia o próprio conceito de agricultura familiar. Os agricultores familiares eram considerados miniprodutores para efeito de enquadramento no Manual de Crédito Rural (MCR). Com isso, além de disputarem o crédito com as demais categorias, eles eram obrigados a seguir a mesma rotina bancária para obter um empréstimo que tinha o perfil voltado para o grande produtor.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é uma estratégia vinculada às políticas públicas direcionadas ao agricultor familiar, com objetivo de apoiar e promover incentivos aos produtores em trabalhar a terra não somente para sua subsistência, mas para proporcionar rentabilidade. Dessa forma, o PRONAF visa amenizar a dificuldade encontrada por meio do agricultor familiar em permanecer no espaço rural por meio de linhas de créditos acessíveis a cada produtor, enquadrando-o de acordo com o limite de hectares determinado por meio do padrão de normatização do PRONAF, com intuito de integrá-lo ao contexto econômico do sistema de produção capitalista, inserindo-o no mercado consumidor.

O PRONAF é muito importante para manter o produtor familiar no campo, pois o financiamento provido deste programa apresenta baixas taxas de juros permitindo ao agricultor familiar, beneficiar-se em compras de utensílios agrícolas destinados à produção. (GRISA e SCHNEIDER, 2015. p 55)

Em suma, o Pronaf é resultado de uma antiga demanda dos trabalhadores rurais, que pediam uma forma de crédito específica para os pequenos produtores, sendo criado em 1996, dois meses depois do Massacre de Eldorado do Carajás, e em suma, é resultado de uma antiga demanda dos trabalhadores rurais, que demandavam uma forma de crédito específica para os pequenos produtores.

Segundo Castro (2015, p. 55), em razão da baixa capacidade da maioria desses órgãos estaduais para auxiliarem os agricultores face às condições locais, essas instituições, com frequência, elaboram “projetos simplificados e com pouca análise, servindo como mero instrumento para liberação do crédito do PRONAF”.

O Pronaf se constituiu na principal política agrícola para a agricultura familiar (tanto em número de beneficiários, capilaridade nacional e recursos aplicados) e, historicamente, tem contado com um montante crescente de recursos disponibilizados, atingindo, no Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015, o valor de R\$ 24,1 bilhões de reais. Ilustrando seu viés de fortalecimento da produção agrícola, diversos estudos apontam que o programa tem beneficiado principalmente as unidades familiares de produção em melhores condições socioeconômicas, localizadas nas regiões sul e sudeste, e promovido o cultivo de produtos competitivos no mercado internacional, os quais são controlados por poucas empresas do sistema agroindustrial e cuja forma de produção está assentada no uso generalizado de insumos modernos. (GRISA e SCHNEIDER, 2015. p 29)

Outros avanços significativos na criação de Programas que dessem mais oportunidade e crédito para pequenos produtores, também foram criados o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE, e o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA.

Este processo altera a dinâmica da extensão rural no país, com maior articulação entre as políticas públicas e alcance dos pequenos produtores, responsáveis pela produção de boa parte dos alimentos consumidos pelas cidades.

Segundo o site oficial do Ministério da Educação do Governo Federal, o PNAE tem o objetivo de oferecer alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

Após romper com importantes barreiras institucionais (como a Lei de Licitações), o PAA desencadeou uma nova trajetória para os mercados institucionais para a agricultura familiar, fortalecida em 2009 com a mudança no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a criação da Lei nº 11.947, que determinou que, no mínimo, 30% dos recursos federais para a alimentação escolar sejam destinados para a aquisição de alimentos da categoria social. Mais recentemente, em 2012, foi estabelecida mais uma modalidade ao PAA que amplia as possibilidades de mercados. Trata-se da Compra Institucional que permite aos estados, municípios e órgãos federais da administração direta e indireta adquirir alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com seus próprios recursos financeiros, com dispensa de licitação. Em termos práticos, isto significa o

acesso a mercados alimentares demandados por hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros. Estas iniciativas têm estimulado governos estaduais a criar seus próprios mecanismos de compras públicas e têm estimulado as organizações da agricultura familiar a demandarem e construírem novos mercados públicos e privados. Cabe ressaltar que estas ações (PAA e PNAE) têm contribuído para a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica e têm ressignificado os produtos da agricultura familiar, promovendo novos atributos de qualidade aos mesmos, associados, por exemplo, à justiça social, equidade, artesanidade, cultura, tradição, etc. (GRISA e SCHNEIDER, 2015. p 39)

Considerado um marco nas políticas públicas para a alimentação no país, o PNAE com sua longa história e pela abrangência do público atendido, teve papel estratégico para o desenvolvimento rural do Brasil.

Já o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos, o PAA, segundo o site oficial do Ministério da Educação do Governo Federal buscou promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Criado em 2003, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

Segundo o site oficial da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, o PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, com isso, busca fortalecer os circuitos locais e regionais e redes de comercialização, valorizando a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo.

O PAA é um programa estratégico no sentido de que desenvolve a possibilidade de geração de excedente, e é a possibilidade de comercialização deste excedente que dará condições melhores para os agricultores. Em países onde as compras governamentais são significativas e conta-se com uma gestão transparente, a participação de pequenos e médios fornecedores – notadamente, as associações de pequenos produtores agrícolas – nos programas públicos de alimentação, dos quais sempre estiveram excluídos, pode constituir-se em importante instrumento de alavancagem para tais produtores. A conexão entre o abastecimento e a produção agroalimentar, um dos objetivos do PAA, reflete também uma estratégia de “juntar as duas pontas”, quais sejam, os produtores agrícolas e os consumidores. Naturalmente, coloca-se a questão de como a intermediação comercial, mesmo reduzida, desempenha o seu papel, e quais instrumentos regulatórios devem estar

disponíveis 147 para se evitar que os interesses comerciais se sobreponham aos dos produtores e consumidores. (GRISA e SCHNEIDER, 2015. p 146 e 147)

A retomada dos serviços ocorre a partir de 2003, com a aprovação, pelo o governo federal, da Política Nacional de ATER (PNATER). Coordenada pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), esta política estabelece que a extensão rural seria voltada exclusivamente para agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais e povos indígenas.

A proposta de reestruturação dos serviços públicos de ATER foi elaborada a partir de dois aspectos determinantes. Com grande influência e pressão de diversos movimentos sociais do campo em um contexto de primeira gestão do Partido dos Trabalhadores, teve como primeiro aspecto determinante a incorporação de quadros técnicos das empresas públicas de ATER em cargos estratégicos da SAF/MDA, cuja distinção era marcada pelo fato destes possuírem uma longa trajetória de atuação como extensionistas junto aos agricultores familiares e suas organizações. O segundo está relacionado à contribuição da experiência desenvolvida pela EMATER do Rio Grande do Sul, durante o Governo de Olívio Dutra (1999/2002), do Partido dos Trabalhadores (PT), como referência teórico-metodológica para a PNATER. Na ocasião, o ex-coordenador técnico do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), Francisco Roberto Caporal, ocupou o cargo de diretor técnico da EMATER, contribuindo diretamente no processo de discussão e reformulação dos objetivos e das diretrizes de atuação da empresa.

A opção pela construção de uma política nacional de ATER amparada no trabalho das EMATER desencadeou uma forte reação por parte dos representantes dos movimentos sociais que atuavam no meio rural, pois estes as consideravam muito “conservadoras” para pôr em prática uma extensão rural com diretrizes inovadoras (ROS & PICCIN, 2015).

Porém, o fato de a PNATER ter sido elaborada a partir de amplas discussões realizadas nas oficinas estaduais e nacionais, não anula, e tampouco minimiza, o poder dos agentes do Estado em produzir, ou até mesmo impor as suas categorias de pensamento, estabelecendo-se assim, os termos legítimos do debate. Trata-se daquilo que Bourdieu (2002, p. 146) definiu como o poder de “nomeação oficial”, pois se caracteriza como um ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada pelos mandatários do Estado.

Segundo Bourdieu (1996, p. 97-98), o Estado pode ser concebido como uma instituição detentora da violência física e simbólica que atua sobre um determinado território e sua população correspondente. O exercício da violência simbólica é possível porque o Estado encarna tanto a objetividade nas estruturas de mecanismos específicos, quanto na subjetividade dada pelas estruturas mentais ou esquemas de percepção do pensamento, sendo assim, resultado de um processo que institui nas estruturas sociais e nas estruturas mentais adaptadas a essas estruturas, tornando-a instituída, fazendo-nos esquecer os atos de sua instituição, o que acaba por ser tomada como natural.

Neste sentido, as adesões ou mesmo reações em contrário à nova PNATER passaram a se dar dentro de um novo espaço de posições e relações de força, neste novo contexto, em um governo de caráter evidentemente social, algumas concepções e posições políticas mais voltadas à agroecologia, até então tidas como minoritárias entre a maioria dos extensionistas das EMATER, acabaram convertendo-se em “marcos de referência”, inibindo as reações em contrário (ROS & PICCIN, 2015). Esse novo paradigma transparece na análise do texto apresentado pelo MDA, em fins de 2003, sobre a ATER (BRASIL, 2004), onde são apresentados cinco princípios norteadores do novo modelo de ATER pública:

1. Assegurar, com exclusividade, aos agricultores familiares (e outros beneficiários dos programas do MDA) o serviço de ATER pública e gratuita.
2. Promover o desenvolvimento rural sustentável.
3. Adotar uma abordagem multidisciplinar baseada nos princípios da agroecologia para a Ater.
4. Adotar um modo de gestão democrática, incluindo seu controle social.
5. Desenvolver processos educativos permanentes e continuados no âmbito da PNATER.

De acordo com o MDA, os serviços deveriam buscar a inclusão social da população rural mais pobre, tendo por base o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país.

Embora tenha havido uma convergência de interesses no início do processo de construção da PNATER, ao ponto de os representantes do INCRA terem participado ativamente de algumas oficinas regionais, ao final estes optaram por construir uma política própria, valendo-se da experiência acumulada com o projeto Lumiar executado no governo anterior. A

defesa de um programa próprio de ATER para a reforma agrária foi motivada principalmente pelo receio de que a PNATER não levasse em consideração à especificidade dos assentamentos rurais, enquadrando-a nas políticas gerais da “agricultura familiar” a exemplo do que ocorreu com o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), extinto em 1999 e, incorporado à modalidade “A” do PRONAF.

Como abordado pelos autores (LERRER & FORIGO, 2019), podemos considerar que o PRONAF representa um marco importante no que diz respeito ao reconhecimento e relevância político-institucional do Estado Brasileiro ao se tratar de agricultura familiar.

Na segunda metade da década de 1990, outra política, segundo os autores, é instituída com vínculo à expansão de lutas da reforma agrária, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Um dos ápices da luta pela terra e reforma agrária nesse período foi a chegada da marcha efetuada por três colunas de sem-terra a Brasília, no dia 17 de abril de 1997, um ano após o Massacre de Eldorado do Carajás, recebida por uma manifestação que reuniu cerca de 100 mil pessoas. Nos dias imediatamente após a chegada, o MST foi recebido pelos presidentes de todos os poderes, como o Legislativo e o Judiciário, e obteve uma audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Para o coordenador do Setor Nacional de Educação, Edgar Kolling, este cenário favorável à ascensão da luta pela reforma agrária no país que criou espaço para que fosse realizado o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (Enera), também em 1997, organizado na UNB a partir da iniciativa de seu então reitor João Cláudio Todorov, que se tornou o primeiro coordenador do Pronera. Segundo o histórico do Pronera, elaborado por Molina e De Jesus (2010), o Programa teria sido “gestado neste encontro” que também celebrava os 10 anos do Setor de Educação do MST. (LERRER & FORIGO, 2019)

Além disso, a experiência de controle social das ações de ATER ocorrida adiante, durante a vigência do Programa Lumiar, valorizada pelos assentados e suas lideranças, foi outro aspecto que pesou na defesa da criação do programa de ATER. Por fim, é preciso destacar que a opção dos integrantes do INCRA e do MST em defenderem um programa de ATER próprio também advinha das divergências em relação ao formato institucional que estava sendo proposto, uma vez que o grupo de trabalho do DATER era constituído por pessoas vinculadas às EMATER, o que sinalizava que a nova política seria construída a partir da experiência já acumulada por essas instituições.

Neste sentido, o uso do termo “assessoria técnica” ao invés de “ATER” visava demarcar uma distinção conceitual e metodológica mediante a incorporação da ideia de que o trabalho dos técnicos teria como referência a integralidade, concebida a partir da sua presença constante

no interior dos assentamentos, distanciando-se das ações pontuais voltadas meramente aos aspectos técnicos da produção agrícola.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) foi instituída em 2010 com a Lei 12.188/2010. Orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), a Pnater foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar. O Pronater é o instrumento orientador do processo de implementação da Pnater e estabelece as diretrizes e metas para os serviços públicos de ATER no País. É coordenado pelo DATER/SAF e elaborado, anualmente, para cada Plano Safra da Agricultura Familiar, com base nas políticas da SAF, nos Programas Estaduais de ATER e nas demandas da agricultura familiar. Criada com o objetivo de atender apenas agricultores familiares a Pnater necessita e está sendo reformulada no intuito de absorver os pequenos e médios agricultores que não se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Este momento histórico foi de muitos avanços para a Política de Assistência Técnica Rural, porém, após o ano de 2016, fica marcada por um distanciamento de seus objetivos iniciais, como podemos observar nas conclusões de Rios Thomson, Bergamasco e Borsatto (2017):

Concluimos que, de 2003 a 2016, as políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para a agricultura familiar foram marcadas por inovações e avanços no campo político institucional, especialmente em relação à participação social na gestão e controle das mesmas. A criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER marcou importante conquista para a consolidação das políticas de ATER no Brasil, apesar das críticas ao processo de sua concepção. No entanto, no cenário político e institucional de 2016 e início de 2017, a ANATER e seus gestores se distanciaram dos objetivos iniciais e dos atores políticos vinculados a este processo, o que traz à tona a permanente fragilidade de políticas de ATER para a agricultura familiar, apesar dos avanços identificados. RIOS THOMSON, BERGAMASCO E BORSATTO (2017)

A Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer) iniciou o movimento para criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), em 2005. A iniciativa foi conduzida pela parceria entre a Asbraer e o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através do Departamento de Agricultura e Extensão Rural (Dater). O movimento também teve participação de entidades como a Federação dos Trabalhadores da Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil

(Faser), Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag), organizações de agricultores familiares, acadêmicos e técnicos do setor rural.

A proposta dessa entidade, definida na criação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sisbrater), tem entre seus objetivos: articular e organizar a execução desses serviços nos níveis estadual e municipal; identificar e qualificar a demanda dos agricultores familiares; organizar e fazer a gestão dos recursos públicos para o setor; formar extensionistas rurais, monitorar e avaliar as ações; promover o controle social; estabelecer padrões de qualidade e racionalizar os investimentos, dando à Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) o caráter efetivo de sistema nacional.

Ainda segundo Rios Thomson, Bergamasco e Borsatto (2017), a criação e implementação da ANATER merecem ser amplamente estudadas e discutidas não apenas do ponto de vista acadêmico, mas também junto aos atores que vêm contribuindo e serão afetados por sua consolidação. Acredita-se que a análise dos discursos, estratégias e papéis desempenhados pelos gestores públicos, movimentos sociais, organizações de agricultores e profissionais da extensão rural envolvidos neste processo são importantes subsídios às discussões acerca dos modelos de desenvolvimento rural no país e sua relação com a agricultura familiar.

O que se vê, predominantemente, é a ausência de estudos mais aprofundados que avaliem o funcionamento da ATER no país, o que confirma a opinião de Castro e Pereira (2017, p. 26), para quem “poucos estudos avaliaram o funcionamento da ATER no Brasil de acordo com os novos paradigmas introduzidos pela PNATER, seja no tocante a novas possibilidades de financiamento do serviço, seja com relação a outros aspectos.”

Toda esta miríade de experiências em políticas públicas voltada para os trabalhadores rurais se se reverteu a partir do processo de impeachment do Presidente Dilma Rousseff, como sinalizado em artigo dos autores Débora Lerrer e Adriano de Almeida Forigo (2019):

Todo um arcabouço de políticas públicas voltadas para esta população foi criado ao longo de seus 13 anos de governo, ao mesmo tempo que se procurou estruturar essas ações por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criado no governo Fernando Henrique e extinto com a ascensão do presidente Michel Temer (PMDB). Este contexto favoreceu inclusive a construção de uma compreensão de que ambos os formatos de exploração agrícola, difundidos como “agronegócio” e “agricultura familiar”, poderiam coexistir no país, cada qual representado por um ministério. O primeiro pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e o segundo pelo MDA. No entanto, a forma como essas políticas foram desenvolvidas, e mesmo divulgadas, em torno da identidade da “agricultura familiar”, sem, portanto, associação com uma política agrária, enfraqueceu sua efetividade política, ameaçando sua continuidade. Logo após a ascensão de Temer

ao poder, em maio de 2016, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) perdeu R\$ 160 milhões de recursos, que seriam repassados à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para garantir restaurantes comunitários, bancos de alimentos, escolas, creches, equipamentos de assistência social e pessoas em situação de insegurança alimentar. Várias das políticas desenvolvidas pelo MDA foram extintas ou asfixiadas. (LERRER & FORIGO, 2019)

1.4. A Extensão Rural no Estado do Rio de Janeiro: a EMATER-RIO

Hoje, a EMATER-RIO, empresa vinculada à Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (SEAPPA), tem efetiva presença no campo. Atua de forma descentralizada nos noventa e dois municípios do Estado, por meio dos setenta e dois escritórios locais (municipais) e onze postos avançados, constituídos por equipes multidisciplinares, cinco escritórios regionais, sete escritórios de Engenharia Rural e três Centros de Treinamento. Essas unidades, distribuídas em cinco regiões do Estado do Rio de Janeiro (Norte, Noroeste, Sul, Centro e Serrana), são as responsáveis pela realização das diferentes atividades visando o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural, por intermédio da execução das políticas públicas municipais, estaduais e federais.

A EMATER-RIO é a executora das políticas públicas para o setor do Governo nas três esferas de atuação do Poder Executivo que, em 2020, completou 62 anos de trabalho ininterrupto, com excelência comprovada pela prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural. Com grande capilaridade e atuante nos 92 municípios do Estado, visa promover o desenvolvimento rural sem perder o foco da sustentabilidade, da conservação do solo, da água e, principalmente, contribuir para o bem-estar social rural e segurança alimentar de toda a população.

Para a EMATER-RIO, o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas, Programa Rio Rural, principal política pública da SEAPPA, no período de 2008 a 2012, coordenado pela Superintendência de Desenvolvimento Sustentável, tinha por objetivo a melhoria da qualidade de vida no campo, conciliando o aumento da renda do produtor rural com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

Segundo Relatório de Atividades da EMATER-RIO (2018), na fase de execução, com base nas ações previstas nos Planos Executivos das Microbacias Hidrográficas (PEM), foram elaborados os Planos Individuais de Desenvolvimento (PID) de cada unidade familiar, contendo

as práticas ambientais e econômicas a serem implantadas pelos beneficiários. Dados do relatório apontam que a assistência técnica e extensão rural executada pela EMATER-RIO é uma das políticas públicas de destaque e importância para o desenvolvimento da agricultura no estado.

O público assistido é beneficiário de um conjunto de programas e projetos que se integram. Busca a atualização de tecnologias e ferramentas, incorporando a esse serviço condições para melhor atender aos cidadãos agricultores, potencializando as condições do ambiente em que vive no desafio de ampliar a qualidade de vida e melhoria na renda, agregada à produção de alimentos de qualidade, tanto para o produtor quanto para o consumidor.

Em nível internacional, a parceria com o Banco Mundial deve ser ressaltada através do Programa Rio Rural, cuja área de atuação abrange todas as regiões do Estado 3 do Rio de Janeiro e que tem na Incubadora Rural Sustentável da EMATER-RIO (IRS) uma sistemática moderna de trabalho para organização comunitária. Os convênios com a União, através dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS), também merecem destaque na busca pelo fortalecimento da agricultura familiar em bases agroecológicas e de fomento a sistemas locais de produção e abastecimento de alimentos.

Em nível estadual, ressaltamos o Programa ESTRADAS DA PRODUÇÃO e o incentivo ao desenvolvimento agropecuário, por intermédio do Programa Estadual de Fomento Agropecuário e Tecnológico (PEFATE), nas atividades de Pecuária de Leite – RIO LEITE (Rio Genética), Olericultura – CULTIVAR ORGÂNICO, Fruticultura – FRUTIFICAR, Agroindústria – PROSPERAR, e Floricultura – FLORESCER, sendo o Crédito Rural um importante instrumento de incentivo tanto com recursos estaduais, como no PEFATE, como através de recursos federais disponíveis em programas nacionais, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e Crédito Fundiário (PNCF). Em nível municipal, os Convênios com as prefeituras municipais são instrumentos importantes para integração das políticas públicas e apoio ao desenvolvimento local. Através de sua efetiva presença no campo, atuando de forma descentralizada nos 92 municípios do Estado, com 72 escritórios locais (municipais) e com equipe multi e interdisciplinar, a EMATER-RIO tem papel importante junto aos Agricultores Familiares no acesso destes às políticas públicas, destacando o PRONAF, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (inseridos entre os Projetos Sociais e de Segurança Alimentar

trabalhados pela empresa) e os Programas do Governo do Estado (ressaltando o RIO HORTI, RIO FLORESTA, além do PEFATE, já citado).

A EMATER-RIO assistiu, no período de 2015 a 2018, uma média de 42.582 beneficiários por ano. Deste total, 73% pertencem à agricultura familiar, 19% são produtores rurais e 8% de outras categorias de público.

Até 2018, as práticas incentivadas pelo Programa Rio Rural beneficiaram 18.704 agricultores com 58.403 projetos ambientais e econômicos, totalizando recursos da ordem de R\$145 milhões. Segundo relatório da EMATER (2018), este montante de recursos aplicados nos municípios impactou positivamente o comércio de insumos, máquinas e equipamentos utilizados no setor, gerando renda e empregos.

A EMATER-RIO executou várias ações com o objetivo de ampliar a cidadania do produtor rural e sua família, valorizando e proporcionando o reconhecimento da atividade rural. Foram realizadas campanhas de emissão de documentos para o agricultor e sua família, além de promover palestras sobre os seus direitos sociais, entre eles a aposentadoria. Estas ações de cidadania tiveram por finalidade facilitar o acesso à DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF, atestado de produtor rural, boletim de produção e a carteira de produtor rural. Estes documentos emitidos pela EMATER-RIO permitem ao homem do campo e sua família acessarem vários programas e políticas públicas.

O Crédito Rural, importante instrumento de incentivo por meio de recursos federais, disponíveis em programas nacionais como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), além de linhas de crédito para demais produtores que não se enquadram na agricultura familiar, também contribuiu de forma significativa para estruturação e desenvolvimento sustentável das propriedades rurais, de forma integrada com o programa Rio Rural.

O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas, Programa Rio Rural, principal política pública da SEAPPA, coordenado pela Superintendência de Desenvolvimento Sustentável, tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida no campo, conciliando o aumento da renda do produtor rural com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. Para atingir este objetivo, desenvolve uma estratégia de ação com as comunidades que vivem nas microbacias hidrográficas, espaços geográficos delimitados pela rede hídrica (nascentes, córregos, rios, aquíferos, etc.).

Desta forma o Rio Rural se tornou o programa que busca a unidade entre os demais programas federais, estaduais e municipais, exercendo influência positiva e sinérgica nas ações

que buscam o desenvolvimento das atividades agropecuárias e agroindustriais, bem como as melhorias sociais tão preconizadas na zona rural. Dentre esses programas destacaram-se o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e os Programas do Governo do Estado como o Programa Especial de Fomento Agropecuário e Tecnológico - PEFATE e o Programa Estradas da Produção.

Ainda segundo o relatório (2018), com a implantação das práticas ambientais, os beneficiários foram incentivados a adequarem ambientalmente suas propriedades, favorecendo a recuperação da cobertura vegetal, a infiltração da água das chuvas, recuperando e/ou aumentando a vazão dos aquíferos, além de promover a conservação dos solos. A implantação das práticas econômicas impulsiona o desenvolvimento e acesso a tecnologias de produção e contribui para estruturar as propriedades, com a adoção de novos procedimentos técnicos agroecológicos e diversificação das atividades agropecuárias.

2 O BANCO MUNDIAL E O PROGRAMA RIO RURAL

2.1. Banco Mundial como ator político e econômico

É evidente a influência do Banco Mundial² como ator político e econômico e como sua atuação exerceu impacto no desenvolvimento tecnológico em todo o mundo, em particular, no Brasil, principalmente no período de ditadura civil-militar de 1964 a 1985, ditando conceitos e formas de desenvolvimento focadas no agronegócio, adotando um processo de modernização conservadora. (PEREIRA, 2009)

Desde sua origem, segundo Juliana Costa Velho (2021), o Banco Mundial tem papel estratégico. Criado durante a conferência de Bretton Woods (1944), o Bird (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) foi idealizado e rapidamente chamado de Banco Mundial, iniciando suas atividades dois anos depois, em julho de 1946. O principal objetivo do banco era prover garantias e empréstimos, sobretudo, para reconstrução dos países membros destruídos pela Segunda Guerra Mundial. Em sua atuação, o Bird consagrou as visões norte-americanas sobre como a economia mundial deveria ser organizada e como e onde seria a alocação de recursos com foco em recuperação econômica e investimentos em projetos de desenvolvimento.

João Márcio Mendes Pereira (2009), em sua tese de doutorado, aborda o momento em que o Banco Mundial cresceu, como um todo. Durante a gestão no período marcado pelas decisões acordadas na conferência de Bretton Woods em 1944 com rebatimentos nos anos de (1962-68), que segundo o autor, coincidiu com o auge do credo internacional no desenvolvimento, sinalizando o crescimento dos empréstimos para a agricultura, demonstrando a relação próxima com a Revolução Verde e o foco em áreas sensíveis para os Estados Unidos. Proporcionalmente, os empréstimos para agricultura foram os que mais cresceram na carteira do Banco Mundial. Por quê? Uma série de fatores empurrou o banco nessa direção. O principal deles está ligado ao processo de expansão capitalista no setor agrícola, conhecido como Revolução Verde. Com apoio da Fundação Rockefeller, experimentos realizados em 1943, no estado Mexicano de Sonora desenvolveram sementes híbridas de trigo cuja alta produtividade

² Importante sinalizar que o Banco Mundial não passa a exercer tal influência neste momento e somente no Brasil. Desde o início de sua atuação, o Banco fomentou algumas políticas econômicas em detrimento de outras, com o objetivo de aumentar a lucratividade do capital privado e a produtividade da economia. O selo de “bom comportamento” atribuído pelo Banco (e também pelo Fundo Monetário Internacional - FMI) acompanhou a construção da relação dessas entidades com os Estados clientes, a partir das visões e prioridades estabelecidas pelos EUA. (PEREIRA, 2009)

dependia de condições ótimas de irrigação e do uso intensivo de pesticidas, fertilizantes químicos e máquinas agrícolas produzidos por agroindústrias norte-americanas e europeias.

O Acordo de Bretton Woods foi um acordo assinado em 1944, na cidade homônima nos Estados Unidos (que deu origem ao nome do acordo) por 45 nações aliadas, onde foram acertadas as bases que regeriam a política econômica global após a Segunda Guerra Mundial. Em tese, o acordo de Bretton Woods tinha como principais objetivos promover a cooperação econômica, facilitar o comércio internacional, padronizar as políticas cambiais e construir um sistema financeiro multilateral entre os países.

Para (PEREIRA 2009), fica evidente que na gestão Woods ocorreu uma significativa expansão do Banco Mundial, muito pela atuação da Agência de Desenvolvimento Internacional – a AID.

Segundo fato é que os EUA, segundo a autora Juliana Costa Velho (2021), se beneficiaram largamente da atuação do banco, influenciando em suas escolhas e projetos. E assim o Banco Mundial foi se transformando em um ator político, intelectual e financeiro de peso em nível global.

No entanto, isso não implica que a inserção do BM nos países seja vista como uma imposição unilateral. Há que se perceber que o banco faz uso de uma enorme gama de mecanismos de pressão e coerção que aciona sempre que é necessário. Mecanismos financeiros, políticos, intelectuais e simbólicos de atuação que se concentram em estruturas fortes de formação de consenso para que tenham sua atuação viabilizada com o menor conflito, sempre que possível.

De acordo com João Márcio Mendes Pereira (2009), ao longo dos anos sessenta, o Banco Mundial não apenas cresceu e diversificou a alocação setorial de seus empréstimos, mas também ampliou sua gravitação na rede de assistência internacional ao desenvolvimento. A agricultura tornou-se o terreno operacional em que o Banco Mundial mais explicitamente explorava as ligações entre o aumento da produtividade e a redução da pobreza, embora o pêndulo se inclinasse à primeira e nenhuma ação tenha sido tomada efetivamente em prol da reforma agrária.

A institucionalização de prescrições políticas e ideias, exige manutenção de um clima hospitaleiro pelo mundo afora, razão pelo qual o Banco investe tanto em relações públicas, pesquisa, atividades de formação profissional e articulação com instituições

internacionais, agências bilaterais, órgãos públicos e organizações nacionais privadas nos Estados membros. Desde Washington, as mensagens que emitem são irradiadas por agências de notícias internacionais e costumam ser reproduzidas por grandes veículos nacionais de comunicação com força normativa. Além disso, nos países que atua, o Banco Mundial teceu ao longo de décadas uma malha mais ou menos extensa e diversificada de relações em diversos âmbitos (político, empresarial, científico e social) que dá suporte material à manutenção e à disseminação da sua influência. (PEREIRA, 2009, p. 344)

Desta forma, segundo Juliana Costa, podemos observar o evidente poder político e econômico do BM operando como um importante ator político, influenciando diretamente governos e as políticas públicas a serem implementadas. Assim, o Banco Mundial opera não apenas fornecendo o apoio financeiro, mas concedendo uma gama de serviços técnicos e de assessorias especializadas, operando diretamente como formulador e executor de políticas públicas ao lado dos Governos Nacionais. O Rio Rural nada mais é do que um projeto de governo formulado e financiado pelo BM.

O avanço das políticas de financiamento internacional tem um claro caráter político de desenvolvimento, baseado em uma visão neoliberal, fazendo com que, segundo João Márcio Mendes Pereira (2009) o Banco passa a responder de forma contundente às críticas ambientalistas, a partir dos anos de 92/93, avançando ao campo ambiental como um ator tanto político, como financeiro e intelectual.

Desta forma, o banco afirma que o “desenvolvimento sustentável” poderia não ocorrer sem o uso econômico eficiente do meio ambiente, fazendo com que o banco impulse a transformação das regras e instituições ambientais organizadas, segundo princípios neocapitalistas numa direção condizente com políticas de livre mercado. Neste contexto, o Banco Mundial passa a ser o semeador de planos nacionais de ação ambiental (PEREIRA, p. 217-218)

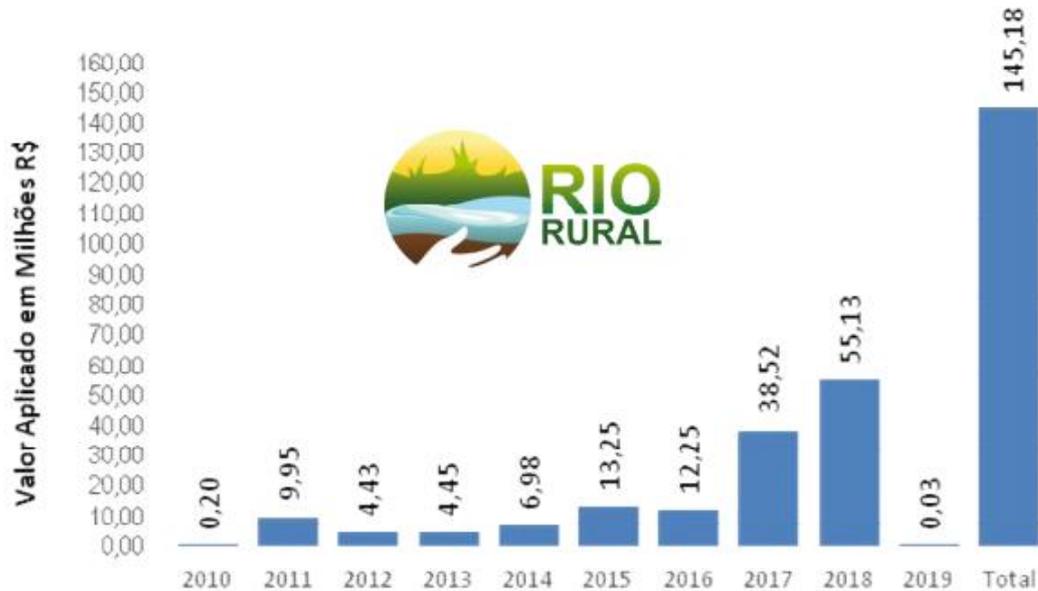
2.2. Programa Rio Rural

No Estado do Rio de Janeiro, o Programa Rio Rural movimentou uma série de investimentos nos órgãos que ofertavam Assessoria Técnica de Extensão Rural no Estado. Ele foi executado pela Superintendência de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria de Agricultura e Pecuária do Estado do Rio de Janeiro (SEAPEC), possuindo financiamento do Banco Mundial e apoio da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

As atividades do programa buscavam uma ampla rede de parceiros, que incluía entidades do poder público, Organizações Não Governamentais (ONG), empresas e centenas de organizações rurais.

Segundo Relatório de Atividades da EMATER (2019), a aplicação de recursos oriundos do Programa Rio Rural, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento (SEAPPA) teve início em 2011, terminando em 2019 com um total liberado, neste período, de R\$145,2 milhões correspondentes a, aproximadamente, 46 mil subprojetos com práticas individuais e grupais, com atendimento a 17 mil produtores rurais do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 1: Valores aplicados pelo Rio Rural 2010/2019



Fonte: EMATER-RIO, (2019).

As comunidades das microbacias hidrográficas, que vivem principalmente da atividade agropecuária, eram o público alvo do Programa Rio Rural. O objetivo era dar apoio técnico e financeiro para a adoção de boas práticas, tendo como estratégia, a busca pelo protagonismo no processo de desenvolvimento, desde o planejamento das ações até o monitoramento e avaliação de resultados.

Com isso, buscava-se um engajamento dos atores locais e o incentivo à organização comunitária como a base do trabalho, conciliando a inclusão socioeconômica com a conscientização ambiental, através do uso de tecnologias sustentáveis.

Segundo o Caderno de Boas Práticas Agropecuárias do Governo do Estado de São Paulo (2010), as Boas Práticas Agropecuárias (BPA) são um conjunto de princípios, normas e técnicas que, aplicadas sistematicamente em uma propriedade agrícola, têm como resultado um aumento da produção de alimentos e produtos agrícolas mais seguros e saudáveis. As BPAs também proporcionam um melhor desenvolvimento social, econômico e ambiental em toda a região onde são implementadas. São recomendações que se aplicam à produção, ao processamento e ao transporte de alimentos, visando cuidar da saúde humana, melhorar as condições dos trabalhadores e de suas famílias e proteger o meio ambiente.

2.3. Programa Rio Rural e seus Projetos

O Rio Rural passou por duas prorrogações, sendo implementado em três projetos a saber: Rio Rural GEF (2005 a 2010), Rio Rural BIRD (2010 a 2015) e Rio Rural FA (2015 a 2018), totalizando 13 anos de atuação na região Norte e Noroeste Fluminense. Segundo seu relatório técnico (RIO RURAL, 2009), obteve uma gama de investimentos com valores consideráveis, o que, possivelmente, foi fator determinante para um desenvolvimento de grande parte das áreas rurais no Estado, obtendo recursos em diferentes etapas e momentos distintos.

Assim como os demais projetos de microbacias, tem como inovação metodológica uma forma de territorialização distinta onde a microbacia é o *locus* de atuação das intervenções sustentáveis propostas pelo projeto, sendo a autogestão sua marca central.

Vejam os como se desenvolveram cada uma dessas fases, antes de passarmos à análise do perfil efetivo do Assessor Técnico de Extensão Rural, personagem fundamental na execução da política de assistência técnica voltada para populações do campo.

2.3.1. O Programa Rio Rural GEF

Desde seu início em 2005, o Programa se desenvolveu em duas fases, sendo a primeira denominada Programa de Gerenciamento Integrado de Agro ecossistemas em Microbacias Hidrográficas do Norte e Noroeste Fluminense – RIO RURAL GEF realizado de 2005 a 2010/11 em 50 microbacias hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, teve como objetivo promover o manejo integrado de ecossistemas de importância global como a Mata Atlântica, através da autogestão sustentável dos recursos naturais por comunidades rurais de base familiar (RIO RURAL, 2009). Com recursos do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), financiados através do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), o RIO RURAL GEF foi considerado um marco para os Programas de Microbacias, pois pela primeira vez um programa coordenado pela Agricultura teve acesso a um fundo ambiental (RIO RURAL, 2009). Neste momento, o Programa tinha como objetivo conscientizar seus beneficiários sobre os temas que afetam suas vidas, para isso buscou-se criar oportunidades econômicas ambientalmente sustentáveis para as comunidades rurais, organizando sua produção. A partir desta estratégia, o produtor escoaria sua produção de maneira sustentável e lucrativa para a família, buscando um fortalecimento da relação social de 48 comunidades de

microbacias das regiões administrativas do Norte e Noroeste, participando da tomada de decisões locais e do processo de desenvolvimento.

Ao evidenciar os benefícios e serviços ambientais prestados a partir da conscientização dos agricultores e melhoria de suas práticas, o programa buscou identificar novas fontes de recursos, propondo que os produtores adotem práticas conservacionistas como contrapartida às políticas públicas de crédito e apoio à Agricultura. O programa Rio Rural GEF teve a intenção de introduzir a preocupação com a sustentabilidade financeira das práticas de conservação, aprimorando os instrumentos de apoio financeiro em curso, como o rebate ambiental do crédito rural, o acesso aos recursos pela cobrança da água, o mercado de créditos de carbono etc. Em outras palavras, os Programas de Microbacias têm por objetivo funcionar como elo entre a agricultura familiar e as questões globais como biodiversidade, água e carbono (RIO RURAL, 2009).

Suas práticas se centram no apoio à adoção do Manejo Integrado de Ecossistemas (MIE), sendo esse um conjunto de técnicas, utilizando a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento, que contribuem para a diminuição das ameaças à biodiversidade, a inversão do processo de degradação das terras e o aumento dos estoques de carbono na paisagem agrícola em ecossistemas críticos e únicos de importância global da Mata Atlântica do Norte Noroeste Fluminense, melhorando a qualidade de vida dessas populações, através do Manejo Sustentável dos Recursos Naturais (MSRN) por comunidades rurais. Os municípios participantes foram: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes, Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre Sai.

Segundo seu relatório institucional (RIO RURAL, 2009), em sua primeira etapa, o Programa demonstrou que as práticas dos agricultores podem gerar impactos significativos no meio ambiente assim como contribuir para mitigar alguns dos principais efeitos nocivos da devastação ambiental no planeta, como a diminuição da biodiversidade, o aquecimento global, a poluição, o desaparecimento dos rios e a degradação dos solos.

O Projeto de Gerenciamento Integrado de Agro ecossistemas em Microbacias Hidrográficas do Norte e Noroeste Fluminense Rio Rural GEF (Fundo Global para o Meio Ambiente) foi o pioneiro no estado do Rio de Janeiro, tendo sua aprovação em 2005 e estimativa de término em 2010 (MOP Rio Rural GEF, 2005).

A justificativa para sua implementação no Rio de Janeiro foi o fato do estado possuir alto percentual de Mata Atlântica em seu território, quando comparado aos demais estados do Brasil e alto índice de espécies ameaçadas de extinção. Também é mencionado que, dentre todas as regiões, o Norte e Noroeste Fluminense são as que apresentam maiores índices de degradação ambiental (baixo IQM), baixos índices sociais, indicadores críticos de rentabilidade da agricultura familiar, degradação dos recursos naturais e perda da biodiversidade (RIO RURAL, 2009).

O Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente – IQM, instituído pelo Decreto nº 29.306, de 5 de junho de 2008, alterado pelo Decreto nº 32.483, de 29 de dezembro de 2017, é um mecanismo que possibilita aos municípios a receber o repasse orçamentário de até 2% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

Esse cenário é justificado, segundo o Manual Operacional do Programa, pelo histórico de agricultura focada na monocultura que predominou na região durante alguns séculos (Manual de Operações Rio Rural GEF, 2005).

O Rio Rural GEF, segundo seu Manual Operacional, apresentou como objetivo geral:

Promover a autogestão sustentável dos recursos naturais por comunidades rurais através da adoção de práticas de manejo sustentável de recursos naturais (MSRN) dentro da abordagem de manejo integrado de ecossistemas (MIE), utilizando a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento [...] (MOP Rio Rural GEF, 2005, p. 6-7).

E, como objetivos específicos:

- a) aprimorar as estruturas política, legal e institucional existentes de apoio à agricultura sustentável, através do suporte de conhecimento, instrumentos e ferramentas essenciais para o estabelecimento de um ambiente favorável à construção participativa de condutas responsáveis dos agricultores para o MSRN/MIE;
- b) Motivar os agricultores à mudança de comportamento, visando a adoção de sistemas produtivos e alternativas econômicas ambientalmente amigáveis e socialmente justas, consoantes com as abordagens de MSRN/MIE;
- c) Aprimorar a capacidade local para o MSRN/MIE através de atividades de educação ambiental, capacitação e organização comunitária;
- d) Gerenciar, monitorar, e disseminar o projeto de forma democrática e coordenada com outras ações e programas locais, estaduais e nacionais. (MOP Rio Rural GEF, 2005, p.7).

Os objetivos evidenciam que agricultores são enquadrados em uma categoria genérica, sendo vistos como agentes ativos no processo de transformação das práticas tradicionais em MSRN/MIE (respectivamente: *Manejo Sustentável de Recursos Naturais e Manejo Integrado de Ecossistemas*). No entanto, agentes ativos que necessitam ser estimulados, organizados, capacitados e terem seu comportamento modificado, papel que o Rio Rural deveria desempenhar, segundo seu próprio Manual de Operações.

2.3.2. O Programa Rio Rural BIRD

A segunda fase já se configura como Programa de Desenvolvimento Rio Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro – RIO RURAL BIRD, aprovado pelo Banco Mundial em 2009. Ele ampliou as ações do Programa Rio Rural para todas as regiões do Estado. Seu objetivo era promover o desenvolvimento sustentável do setor rural e a diminuição das ameaças ao meio ambiente, através da adequação dos sistemas produtivos e do apoio a atividades que visam elevar a produtividade e a competitividade da agricultura familiar (RIO RURAL, 2009).

A metodologia do Programa baseia-se no planejamento, monitoramento e intervenção em microbacias hidrográficas. O objetivo é fazer com que os agricultores adotem práticas de preservação, conservação de biodiversidade e proteção de matas ciliares.

As comunidades das microbacias hidrográficas, que vivem principalmente da atividade agropecuária, foram o foco do Programa. Com apoio técnico e financeiro para que os produtores adotassem práticas sustentáveis, assim como estímulo a se tornarem protagonistas do processo de desenvolvimento, o Programa adotava um discurso coletivo na construção, desde o planejamento das ações até o monitoramento e avaliação de resultados.

Para iniciar o trabalho técnico, realiza-se o Diagnóstico Rural Participativo (DRP³), que estabelece quais são os principais problemas e potencialidades das comunidades. Este primeiro documento aponta riscos ambientais, gargalos que dificultam a comercialização de produtos, demandas por serviços públicos, vocações e potenciais para o desenvolvimento local.

³ O Diagnóstico Rural Participativo é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades rurais façam uma avaliação sobre suas realidades, com o apoio de um facilitador, que intermedia o processo. O DRP não busca unicamente colher dados dos participantes, mas, sim, que estes iniciem um processo de autorreflexão sobre as suas potencialidades, oportunidades, necessidades e problemas. O método procura maior participação dos chamados beneficiários, para que eles entendam melhor seu contexto e, a partir daí, comecem a gerenciar ações de forma planejada.

Segundo relatório técnico (RIO RURAL, 2009), o RIO RURAL BIRD investiu cerca de US\$79 milhões em ações sustentáveis em 270 microbacias hidrográficas de 59 municípios até o final de 2015, sendo US\$39,5 milhões investidos pelo Estado do Rio de Janeiro e a outra metade financiada pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), distribuído pelos municípios das regiões Norte, Noroeste, Serrana, Sul e Centro, sendo esta última composta por Municípios das Baixadas Litorâneas e Metropolitana.

A figura abaixo mostra a divisão por regiões no mapa do estado do Rio de Janeiro:

Figura 2: Divisão por regiões no mapa do estado do Rio de Janeiro. PRODERRJ (2020)



Segundo D'Oliveira (2016), o Projeto RIO RURAL BIRD menciona que os incentivos financeiros aos Subprojetos Produtivos e Ambientais permaneceram com a mesma lógica dos procedimentos do Sistema de Incentivos do Projeto RIO RURAL GEF. Apresentam, entretanto, como diferencial e inovação as ações complementares, como irrigação, melhoramento genético de animais e atuação nos gargalos das principais cadeias produtivas, no caso dos Subprojetos Produtivos, para Subprojetos Ambientais.

As inovações diriam respeito a práticas como saneamento e outras melhorias habitacionais, averbação de reserva legal e a implantação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) (MOP RIO RURAL BIRD, 2009, p.53)

Neste contexto o Programa passa a se estender à área de interesse de estudo deste projeto. A partir destas mudanças, visando contribuir com os agricultores que sofreram com as fortes chuvas de 2011, na Região Serrana devido à má conservação e exploração dos solos e florestas na região, a Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária (SEAPEC) em caráter de urgência desloca recursos do Projeto RIO RURAL BIRD para apoio emergencial aos agricultores impactados. Com isso a versão original de 2008, sofreu um reajuste em 2012, se tornando Projeto RIO RURAL BIRD - Fundo Adicional (RIO RURAL BIRD – FA).

A partir destes apoios financeiros foram desenvolvidos projetos com duas linhas principais que são a Agroecologia e a Adequação Ambiental de Propriedades.

Segundo Manual de Operações do RIO RURAL BIRD (2009), estas linhas tratam das seguintes questões:

a) Adequação Ambiental das Propriedades – Os investimentos dessa linha de incentivos tinham como objetivo proteger, conservar e restaurar os recursos naturais, de modo a promover a adequação das propriedades rurais às exigências da legislação ambiental. EXEMPLOS: adequação ambiental da propriedade, recuperação da mata ciliar, proteção de nascentes, saneamento individual e coletivo, melhorias habitacionais, apoio à averbação de reserva legal e implantação de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPNs).

b) Agroecologia – Essa linha de investimentos iria promover a reorientação de sistemas produtivos através da adoção de práticas de manejo ambientalmente adequadas. Exemplos: adubação com fertilizantes orgânicos, controle biológico de pragas, caldas alternativas (produção), adubação verde.

Mais adiante em sua dissertação, cujo tema trata do *Capitalismo “Verde”*: “*Novas fronteiras de acumulação do capital e a ameaça possível ao Assentamento Terra Prometida*, D’Oliveira (2016), chama atenção para um subprojeto denominado Sistema de Sustentabilidade Econômica (SSE), que tem como objetivo criar um canal mais robusto para direcionar a oferta existente de recursos públicos e privados e facilitar o entendimento e o acesso a essa oferta pelos agricultores familiares. Dessa forma, pretende-se assegurar o suporte contínuo às atividades de DRS⁴ após o término do Projeto. (MOP RIO RURAL BIRD, 2009, p.79)

⁴ Compreende-se Desenvolvimento Rural Sustentável, segundo a Lei Estadual nº 8625, de 18 de novembro de 2019, a Diretriz para mudança nos padrões das relações sociais de produção, de consumo, de realização e de

Podemos, de certa forma, identificar os recursos do BIRD como “capital semente” para atração de novos investimentos, públicos e privados? Segundo o manual estes recursos seriam baseados e pautados em quatro princípios: (i) visão e compromisso de longo prazo com o DRS junto às comunidades rurais das microbacias; (ii) apoio governamental ativo para um mecanismo que possibilite colaboração mais flexível entre os setores público e privado, externo ao controle governamental; (iii) preferência para uma massa crítica de atores-chave envolvidos para inovar e trabalhar juntos na promoção do DRS (governos, setor privado, comunidades locais, sociedade civil, etc.); e (iv) transparência legal, financeira e de gestão (incluindo auditorias, contratações e contabilidade).

Ainda segundo Manual Operacional 2009, o foco da captação dos recursos se dará em quatro fontes acima identificadas:

- Políticas Públicas em geral;
- Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) nos temas de carbono, água e biodiversidade;
- Créditos Agrícolas;
- Parcerias Privadas nas áreas de negócios sustentáveis e responsabilidade socioambiental.

Neste contexto o Programa passa a se estender à área de interesse de estudo deste projeto. A partir destas mudanças, visando contribuir com os agricultores que sofreram com as fortes chuvas de 2011, na Região Serrana, a Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária (SEAPEC) em caráter de urgência desloca recursos do Projeto RIO RURAL BIRD para apoio emergencial aos agricultores impactados.

O volume intenso das chuvas em alguns bairros provocou vários deslizamentos de encostas e como consequência uma forte enchente; a força da água levou casas, moradores, árvores e todo e qualquer obstáculo que tinha pela frente. Os municípios de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis, Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto e Bom Jardim sofrem com

reprodução, para a conciliação entre meio ambiente e desenvolvimento. O conceito está apoiado no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, o qual considera o padrão atual de desenvolvimento sob os pontos de vista social, econômico e ambiental insustentáveis. São eixos do DRS: o direito territorial dos povos e comunidades tradicionais, o enfoque na Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, a construção do conhecimento agroecológico, a redução da desigualdade social, a elevação dos níveis de respeito aos direitos humanos e aos modos de vida, em termos de igualdade de gênero, geração, raça, etnia, orientação sexual e religiosa e a abordagem territorial, a noção de ruralidade e a valorização do patrimônio cultural.

enchentes e deslizamentos de terras que provocaram uma das maiores catástrofes do Rio de Janeiro.

Em sua tese de doutorado, Francine Damasceno Pinheiro (2014) chama atenção para o alto grau de injustiça ambiental e acesso a direitos que este desastre aponta, além de evidenciar conflitos socioambientais existentes até mesmo antes dos referidos eventos.

Segundo dados oficiais observados pela autora, foram 77 mortos e muitos desaparecidos, porém, a partir de relatos de moradores, foram cerca de 120 mortos, já que a declaração oficial de morte só se dá mediante identificação do corpo.

A partir de dados do Portal da Transparência, levantados pelos jornalistas Fábio Vasconcellos e Luiz Ernesto Magalhães, verificaram indícios que, de um total de R\$600 milhões para serem aplicados em 2012 no programa “recuperação de localidades atingidas por catástrofes”, apenas R\$198 milhões foram usados. A região serrana teve utilizado em obras R\$175 milhões dos R\$505 milhões liberados para reconstrução das áreas atingidas.

A exceção se fez regra para as famílias afetadas pelas chuvas de 2011 na região serrana e, conseqüentemente, como por exemplo do Vale do Cuiabá, localizado nesta região, e é legitimada por uma ideologia que vem se consolidando no cenário nacional em que a culpa pelas mazelas vividas são dos pobres, por ignorarem as situações de risco e que, portanto, merecem ter violados seus direitos de Estado e serem removidos compulsoriamente de suas casas, de suas vidas, de seus lugares.

2.3.3. O Programa Rio Rural BIRD – Fundo Adicional

De um modo geral, o Projeto de Financiamento Rio Rural BIRD, segundo MOP RIO RURAL BIRD – FA, 2014, já foi desenhado com o objetivo de aumentar a produtividade e a competitividade do setor rural fluminense através de investimentos, treinamentos, assistência técnica e uma melhor coordenação de iniciativas públicas e privadas (aprimoramento da governança) para a adoção de abordagens sustentáveis.

Visando contribuir com os agricultores que sofreram esta tragédia de 2011, na Região Serrana devido à má conservação e exploração dos solos e florestas na região, a Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária (SEAPEC) em caráter de urgência desloca recursos do Projeto RIO RURAL BIRD para apoio emergencial aos agricultores impactados. Com isso a versão original de 2008, sofreu um reajuste em 2012, se tornando Projeto RIO RURAL BIRD – Fundo Adicional (RIO RURAL BIRD – FA).

O financiamento adicional teve como objetivo possibilitar ao Projeto Rio Rural expandir sua atuação para outros municípios e microbacias do Estado, como observamos no quadro abaixo:

Quadro 1. Distribuição das áreas de abrangência do Programa Rio Rural BIRD - FA

MUNICÍPIOS RIO RURAL BIRD FA			
ÁREA	REGIÃO	MUNICÍPIOS	MICROBACIAS
ÁREA FOCAL DE PRIORIDADE 1	NORTE	Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra	69
	NOROESTE	Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá, Varre-Sai	103
ÁREA FOCAL DE PRIORIDADE 2	SERRANA	Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis, Santa Maria Madalena, Trajano de Moraes	99

ÁREA DE REPLICABILIDADE	METROPOLITANA	Itaboraí, Magé, Itaguaí, Paracambi, São Gonçalo, Seropédica, Tanguá	17
	SUL	Mangaratiba	3
	CENTRO SUL	Paty dos Alferes, Vassouras, Sapucaia,	11
	MÉDIO PARAÍBA	Pirai, Rio Claro, Quatis, Rio das Flores, Valença	18
	LITORÂNEA	Araruama, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Rio Bonito, Saquarema, Silva Jardim	27
	ÁREA ADICIONAL	Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Paraíba do Sul, Japeri, Resende, Guapimirim, Rio das Ostras, Queimados, Barra Mansa, Barra do Pirai, Miguel Pereira, Volta Redonda, Rio de Janeiro	19
TOTAL		72	366

Fonte: MOP RIO RURAL (2014).

O Projeto, com a duração prevista de nove anos, foi implementado dentro da mesma estrutura de componentes e subcomponentes já estabelecida para execução do Projeto Rio Rural

BIRD original (MOP RIO RURAL BIRD – FA, 2014, p.18) Neste novo arranjo, as áreas de foco do Projeto Rio Rural foram ampliadas consideravelmente (D`OLIVEIRA, 2016), passando a ter duas áreas, com foco nas Regiões Norte/Noroeste, contempladas desde o primeiro projeto, além da Região Serrana (ampliando também a área de replicabilidade, passando a contemplar a Microbacia do Iguaçú no Município de Duque de Caxias, na região das Baixadas Fluminenses).

2.3.4. O Programa Rio Rural BIRD - Fundo Adicional (Área Adicional)

A bacia do rio Iguaçú-Sarapuí tem uma área de drenagem que mede 726 Km², dos quais 168 Km² representam a sub- bacia do Sarapuí e 558 Km² a do Iguaçú. Esta bacia abriga parte dos Municípios do Rio de Janeiro, Nilópolis, Mesquita, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Belford Roxo e Duque de Caxias, todos inseridos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Pode-se citar também os impactos negativos sobre os cursos d'água, pela grande quantidade de sedimentos carreados por erosão, causando assoreamento do leito dos rios, aumento da carga de nutrientes e desequilíbrio das interações da cadeia alimentar aquática gerando, enfim, diminuição acelerada da qualidade das águas, das terras e, conseqüentemente, perda de qualidade de vida. No desenvolvimento de áreas urbanas, quando não há controle da erosão, a produção de sedimentos pode chegar a cerca de 380 toneladas por hectare (SERLA, 1996).

Em áreas urbanas, a erosão é resultante de diversos fatores, além dos naturais que são clima, tipo de solo, declividade do terreno e manejo da terra, outros tais como: traçado inadequado do sistema viário; falta de pavimentação, guias e sarjetas; deficiência dos sistemas de drenagem das águas pluviais e servidas; e expansão urbana descontrolada, com loteamentos em locais impróprios. Os efeitos são os mais variados e bastante extensivos. Dentre os danos comuns podemos citar os transtornos no tráfego das ruas, inundações por assoreamento de canais mal dimensionados ou sem manutenção, desvalorização imobiliária, perda de qualidade de vida e, muitas vezes, perdas materiais e humanas significativas.

Na bacia do Iguaçú-Sarapuí, excluindo-se as áreas de florestas das serras do Tinguá e de Madureira, a bacia sofre processos erosivos significativos, tanto nas áreas rurais como urbanas.

Em mais de 400 anos de ocupação, com sucessivos desmatamentos, uso agropastoril intensivo com técnicas de cultivo inadequadas, expansão urbana desordenada, cortes de morros

para aterros e estradas e exploração mineral, dentre outros usos. Estes fatores são agravados por uma estrutura administrativa fragmentada, incapaz de articular as ações integradas no âmbito municipal ou estadual, concorrendo para a diminuição da qualidade de vida dos habitantes da região.

A delimitação deste momento específico do Programa será, digamos, uma amostra de pesquisa sobre a atuação dos técnicos de extensão rural e a importância destes atores, em tese, fundamentais para o desenvolvimento rural e social nas áreas rurais no Brasil.

3 O ASSESSOR TÉCNICO DE EXTENSÃO RURAL

3.1. O Assessor Técnico de Extensão Rural

As ações de extensão rural no Brasil foram institucionalizadas, nacionalmente, há mais de cinquenta anos. Para Peixoto (2008), o tema da Extensão Rural está em permanente discussão, tanto na academia quanto entre os formuladores de políticas públicas, bem como entre extensionistas. Há diversos estudos, no Brasil e no exterior, focando aspectos históricos, modelos e sistemas, metodologia de ação, formas de organização e casos diversos.

Ainda segundo o autor, de uma forma geral, evidenciam-se desafios na formação de quadros profissionais para a execução de uma ATER como instrumento de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, considerando as exigências atuais de uma ação educativa com metodologias participativas, incentivo aos grupos associativos, diálogo de saberes pela comunicação dialógica e tendo a agroecologia como modelo inspirador de práticas sustentáveis e complexas.

A partir do ano de 2010, foi instituída, na forma de Lei, a Política Nacional e Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.

Para os fins desta lei, entende-se por Assistência Técnica e Extensão Rural um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. Historicamente, essas ações ficaram por conta do Estado e de suas unidades federativas, cabendo relatar que, apesar da tendência à municipalização de políticas públicas, legitimada pela Constituição Brasileira de 1988, são poucos os municípios que dispõem de estrutura para atender a demanda de serviços de ATER.

Segundo Peixoto (2008), o termo extensão rural não é autoexplicativo. Desde a implantação do modelo cooperativo de extensão americano foram muitas as iniciativas de conceituação de extensão rural. Os conceitos evoluíram com o tempo e as mudanças conjunturais e particularidades da dinâmica e estrutura socioeconômica e cultural de cada país. Não é objetivo deste estudo fazer uma revisão bibliográfica dos diversos conceitos propostos.

Entretanto, propomos aqui que o termo extensão rural possa ser conceituado de três formas diferentes: como processo, como instituição e como política.

O agente de ATER, além de assessor técnico, deve ser um mediador de processos de desenvolvimento, possuir formação técnica diversificada (agronômica, econômica, florestal, veterinária, sociológica, etc.) e acrescentar outros conhecimentos no seu aprendizado para desenvolver seu trabalho com qualidade.

Como processo, a extensão rural seria um meio de estender, levar ou transmitir conhecimentos de caráter educacional, sendo estes conhecimentos técnicos ou não, através de fontes geradoras (instituições públicas, organizações e cooperativas), para o receptor final (o agricultor). Para Peixoto (2008), o conceito de extensão rural difere do conceito de assistência técnica, pois enquanto o primeiro possui caráter educativo, o segundo não visa à capacitação do agricultor, mas a resolução de problemas específicos. Segundo Peixoto (2008), a extensão rural como instituição refere-se às organizações governamentais as quais disponibilizam serviços de ATER nos estados a fim de promover desenvolvimento junto aos agricultores familiares. O conceito de extensão rural pode também ser entendido como política pública no que diz respeito às políticas de extensão rural, desenvolvidas pelos governos federais, estaduais e municipais.

Para alguns autores como Peixoto (2008), há um alto grau de concordância de que Extensão Rural é a arte de interagir tecnicamente junto aos produtores rurais, a partir do conhecimento da realidade em todos os níveis, na incessante busca de combinar saber científico com saber popular, visando o aumento da produção. Ainda como processo, de acordo com Peixoto (2008), a extensão rural faz uso de métodos pedagógicos construídos e consagrados ao longo do tempo, os métodos tradicionais de ATER se dividem em:

- Individuais: visita técnica, contato pessoal, unidade de observação (experimento na propriedade rural);
- Grupais: reunião (palestra ou encontro, conferência), demonstração prática (de técnicas ou métodos), demonstração de resultados (de alguma inovação), unidade demonstrativa, curso, excursão, dia de campo, dia especial, propriedade demonstrativa;
- De massa: exposição ou feira, semana especial, concurso, campanha (PEIXOTO, 2008).

Os técnicos da EMATER no Brasil têm desempenhado importante papel extensionista na geração de conhecimentos e inovação. A ação se dá, *também*, na construção de mercados para a agricultura familiar, no que diz respeito à orientação do ponto de vista de escoamento da produção, a partir da articulação com cooperativas e mercado local, capacitando extensionistas e agricultores para a execução de políticas com foco na demanda como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), assim como sinalizamos no subcapítulo 1.3 desta dissertação que trata da retomada da Extensão Rural como política de Estado. Para Nunes et al. (2018), a integração com as ações de ATER representa valioso suporte aos agricultores familiares e suas organizações no acesso às políticas, bem como planejar a produção e a logística para a comercialização.

Em resumo, os projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) são uma política de construção coletiva de soluções tecnológicas junto aos agricultores e agricultoras. De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF), o principal objetivo dos projetos é contribuir no suporte à renda e aumento da qualidade de vida das famílias rurais.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), criada no governo Lula, por meio da Lei 12.188/2010, foi pensada a partir dos princípios de desenvolvimento sustentável, para atender famílias com pequenas extensões de terras. Sob o governo Bolsonaro, porém, vem passando por cortes no orçamento ano a ano. Em reunião da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar realizada de forma virtual no início de outubro na Câmara dos Deputados, foi apresentada uma redução de 40% no orçamento de 2021 para o programa de assistência técnica e extensão rural.

3.2. A trajetória como condicionante da atuação dos técnicos de extensão rural

Para uma breve análise das percepções observadas nas entrevistas realizadas, utilizei Bourdieu, no que diz respeito às trajetórias dos atores envolvidos. Este processo sinalizado pelo autor como “trajetória” seria, assim, o resultado construído de um sistema dos traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias (Bourdieu, 1998).

Neste subcapítulo busquei tecer uma reflexão sobre a trajetória de três extensionistas rurais para compreender melhor a importância do seu papel e sua percepção sobre este papel no Programa Rio Rural, tendo em vista o montante de recursos considerável investidos no Programa. Segundo (Bourdieu, 1996a), toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus* e reconstitui a série

das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ‘ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos.

Importante ressaltar que o processo de realização das entrevistas foi marcado por muitas dificuldades, por se tratar de um período pandêmico com inúmeras restrições. Apesar das dificuldades conseguimos realizar, de forma remota, as 3 entrevistas, mesmo com problemas técnicos com as gravações, o que não me permitiu qualidade nos áudios ao ponto de me possibilitar realizar as transcrições na íntegra.

3.2.1 Descrição e análise da entrevista semiestruturada n° 1

A primeira entrevista foi realizada no dia 06 de outubro de 2020 com um técnico da EMATER que, para garantir seu anonimato, chamarei aqui pelo nome fictício de João.

João contou-me que nasceu na Baixada Fluminense. Mais precisamente, no município de Nova Iguaçu/RJ, e que se encontra com 53 anos de idade. João, que tem dois filhos, disse-me que seus pais nasceram em meio à agricultura mineira. Apenas após o falecimento de seu avô é que sua família teria vindo para o Rio de Janeiro, afastando-se da realidade rural. Ao chegar à cidade, o pai de João passou a atuar na construção civil e, sua mãe, trabalhou como doméstica. Aqui não foi detalhada a relação familiar do entrevistado com a agricultura, porém, fica claro a influência do contexto de proximidade com o ambiente rural no decorrer de sua infância.

João contou-me, também, que sua infância foi num ambiente periurbano e que, hoje em dia, mora em um local urbano com um histórico rural. Com o tempo, este local teria se transformado, chegando à urbanização. De acordo com seu relato, o que eram pequenas propriedades rurais, criações de gado de leite e plantações de laranja, agora teriam se transformado num local urbanizado. Nesse momento, torna-se nítido o tom saudosista com que João relata sua infância. É o momento em que lembra que começou ali a identificar traços de ruralidade, colocando a responsabilidade da urbanização do local como fruto do que ele veio a chamar de “política municipal”.

Segundo seu relato, sua trajetória escolar deu-se numa escola particular do bairro. João teria feito o ginásio e o ensino médio na mesma escola. Com a mãe passando a trabalhar na casa de militares como doméstica, teve alguma facilidade para o acesso a alguns cursos que o ajudaram a ingressar no vestibular. Nesse momento, conseguiu fazer cursos de capacitação,

fazendo vestibular para Agronomia no ano de 1986, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Na UFRRJ, João teria chegado a receber uma disputada bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ele me disse que tinha um bom desempenho em Química e em Matemática, o que fez com que conseguisse um bom resultado e também a vaga no alojamento da Universidade. A partir daí, teria começado a atuar no movimento estudantil, obtendo um elevado grau de “politização” dentro de um contexto de saída de um processo de ditadura militar e de entrada em um processo de redemocratização. Segundo sua opinião, o ambiente da UFRRJ sempre teria sido “muito contestador”, o que já aponta, neste caso, para uma relação íntima entre a formação acadêmica e os engajamentos ideológicos e políticos em sua trajetória.

Foi nessa época que realizou a primeira ocupação do Ministério de Educação (MEC), com uma greve de primeiro semestre e, segundo ele, todo o seu período teria sido marcado por muitas greves com um nível grande de “combatividade”.

João também comentou a influência da chamada “lei do boi”. Disse-me que havia uma certa cota para a entrada de filhos de fazendeiros. De fato, esta lei existiu e fez parte da reforma universitária de 1968, fruto do decreto nº 5.465 de 3 de julho de 1968, o qual passou a estabelecer cotas em cursos de Agronomia para filhos de trabalhadores rurais. Segundo Molina e Sanfelice (2018), embora esta lei mencione os filhos dos trabalhadores rurais como cotistas, o que aconteceu, na realidade, foi o acesso, por meio deste mecanismo, de filhos dos proprietários rurais.

A opção pelo curso de Agronomia teria vindo a partir da relação e influência de amigos e da realidade de sua casa, vivenciando processos ambientais que iam da produção ao plantio. João teria vivido também um momento de “militância” na Igreja Católica que, segundo ele, teria fortalecido sua decisão de seguir por essa formação.

Cursou a Universidade dos anos 1986 a 1990, fazendo concurso para Extensionista Rural no ano de 1989. Neste ano, houve concursos para a EMATER e a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO). Ele possuía preferência pelo PESAGRO. Disse-me que, por conta da prova de títulos, não conseguiu realizar a prova e acabou fazendo a da EMATER. Teria feito a prova em janeiro e, em março de 1990, teria sido chamado para assumir seu cargo na EMATER.

Em determinado momento da entrevista, João fez questão de ressaltar que “quando se entra para EMATER, o treinamento é para extensionista rural, e que isso é muito mais do que uma formação específica, é uma formação em educação, em extensão”.

João disse-me que ficou no escritório da cidade de Italva/RJ para realizar o curso de extensão rural e se qualificar para a ação. Após o estágio probatório, teria ido para a cidade de Magé/RJ e, em seguida, para Itaboraí/RJ. Depois de aprovado neste estágio probatório, João teria podido escolher seu local de trabalho. Teria, então, optado por Magé/RJ, por se tratar de um campo mais interessante pra ele, por contar com bastante agricultura e boas situações práticas, além do escritório da EMATER ter boa estrutura e por ter feito amigos no seu período probatório.

João disse-me que passou dez anos em Magé/RJ, transferindo-se para Itaboraí/RJ e, depois, para o escritório central, onde teria achado o trabalho muito burocrático. Após este período, teria ido para Nova Iguaçu/RJ, onde está até hoje, passando por três escritórios.

Vale assinalar, também, que João fez questão de marcar que, no ano de 2021, completa trinta anos de extensão, o que fez com que ele conhecesse inúmeras pessoas e realidades.

Quando questionado sobre o Programa Rio Rural, João disse que, para ele, o programa faz parte de um conceito de planejamento de unidades de microbacias hidrográficas. Ali, em sua área de atuação, um conjunto de serras e morros delimitaram a água em sua estrutura como se fosse uma “concha de mão”. É nessa região que o programa trabalharia, guardando semelhanças com Magé/RJ e a unidade onde João atuava anteriormente, como a geografia e os canais que jogam água para o rio principal.

João afirmou-me que as ações do Rio Rural foram divididas em várias microbacias e que, no caso de Nova Iguaçu, teria sido diferente. Segundo João, isso teria acontecido porque, quando Nova Iguaçu dividiu-se em outros municípios, faltou estrutura do Estado para montar escritórios para estes municípios, o que prejudicou o trabalho do escritório, em razão da sobrecarga de trabalho.

A abrangência de atuação do escritório de Nova Iguaçu/RJ abrange Japeri/RJ, Mesquita/RJ, Nilópolis/RJ e outros municípios da Baixada Fluminense, o que traria uma sobrecarga muito grande de trabalho. Além disso, trouxe pressão política de vários lados por estar lidando com muitas prefeituras. De acordo com João, as interferências e pressões políticas eram inevitáveis. Para ele, o ideal seria uma equipe para cada município e, especificamente na microbacia de São Pedro (onde, de um lado, é Nova Iguaçu e, do outro, Japeri), um lugar muito desassistido no que diz respeito à infraestrutura.

João relatou que, nesta região, quando se iniciou o processo de construção do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), os maiores problemas identificados estavam relacionados à infraestrutura, à saúde, ao transporte e à educação. A pobreza e a vulnerabilidade eram visíveis.

João disse, ainda, que o planejamento executivo da microbacia foi feito com o DRP, quando se começou a fazer reuniões com grupos de interesse, como, por exemplo, o plantio de aipim, a criação de gado... A partir disso, seria criado o Plano. João avaliou que fez um dos melhores planos do Estado, onde, já nas primeiras reuniões, obteve a participação de mais de cem pessoas. Essas reuniões contavam com a presença de políticos e alguns candidatos aproximavam-se para participar. João citou, inclusive, que, por meio de uma emenda parlamentar de um deputado de Nova Iguaçu/RJ, conseguiram fazer a aquisição de três tratores, além de um caminhão para a feira local, antes mesmo da chegada dos recursos do Programa Rio Rural. Foi a partir destas reuniões que conseguiram as aquisições e foi neste momento que foram realizados os sorteios para decidirem quais famílias seriam contempladas pelo programa.

Para João, o Programa Rio Rural ajudou bastante a EMATER, do ponto de vista das capacitações e custeio de algumas atividades. No início do programa, este investimento era bem tímido.

Mesmo desta forma, o programa teria ajudado muito na parte estrutural e com ações além do crédito. O acompanhamento dos produtores, segundo João, teria sido essencial. Neste processo, o produtor, muitas vezes, só precisaria executar, sendo, a contrapartida do produtor, sua própria mão de obra.

João ressaltou que a grande relevância da atuação do Técnico de Extensão Rural, neste processo, foi poder estar trabalhando, com o produtor, aspectos de educação, sendo este o real papel do extensionista: levantar as potencialidades do local e construir de forma conjunta os planejamentos com os produtores, na busca por autonomia. Neste sentido, o produtor sentiria uma identificação por estar realizando o planejamento de forma conjunta.

Outro ponto abordado por João foi a importância da multidisciplinaridade na atuação das equipes da EMATER, o que traria mais articulação entre a produção, educação socioambiental e segurança alimentar.

Quando o assunto foi capacitação e educação permanente, João disse-me que já existiu mais e que, hoje em dia, haveria pouco. Segundo ele, quanto menos funcionários, mais se teria que “apagar incêndios” e que, caso precisasse ir a um congresso, optaria por deixar de fazer algo importante para algum produtor, para algum projeto.

Segundo João, cada vez mais técnicos estariam aposentando-se, não existindo renovação. Além disso, não seria qualquer profissional que se tornaria extensionista. Por conta da realidade do trabalho, muitos profissionais desistiram no meio do caminho. E foi nesse momento que João ressaltou um problema grave: a falta de concursos públicos na área, tornando-se este o principal motivo para estas dificuldades.

Algumas lacunas foram identificadas por João, no ponto de vista operacional. Para ele, o programa teria começado muito burocrático, atrasando muitos projetos. Os projetos eram feitos em dólar e, conforme o tempo passava, o dólar ia aumentando de valor.

João disse-me que, hoje, integra o Sindicato dos Engenheiros Agrônomos e que atuaria na Associação dos Funcionários da EMATER (AFERJ), trabalhando na articulação com os demais sindicatos e no auxílio à construção de sindicatos de trabalhadores rurais.

João identificou sua atuação como um processo educativo, onde pôde trabalhar o ser humano e se envolver com ele em um processo de aprendizagem. Segundo João, neste caminho não se tem todas as respostas e é com o produtor que se discute os limites e o diálogo com a realidade. Para ele, deste modo, se enxerga além da “praga dentro de uma folha” e, sim, um conjunto de fatores. Seu trabalho envolveria, para ele, um processo de educação conjunta, tanto do técnico quanto do produtor, atuando com o produtor, sua família e a comunidade.

As famílias da microbacia onde João atua não tem, segundo ele, uma discrepância muito grande no que diz respeito à renda. A forma de obter crédito é muito nova para muitas famílias da região, mas, com a presença dos técnicos e outros produtores, têm sido discutidos encaminhamentos em comum. João citou um exemplo de uma ação conjunta onde os pequenos produtores realizaram a aquisição de um “kit galinha caipira”, criado como uma unidade padrão, com a compra coletiva de ração e transporte dos pintinhos no mesmo período.

3.2.2 Descrição e análise da entrevista semiestruturada nº 2

A segunda entrevista foi realizada no dia 16 de março de 2022 com a técnica da EMATER que, para garantir seu anonimato, chamarei aqui pelo nome fictício de Maria.

Maria disse-me que nascera em Cachoeiras de Itapemirim, no Estado do Espírito Santo. Hoje com sessenta anos, Maria tem duas filhas. Disse-me que seu pai era bancário e que, segundo Maria, teria sido autodidata. Por conta de seu falecimento, Maria teria convivido com o pai apenas até os cinco anos de idade. Disse-me que a relação de seu pai com a terra era muito

forte, e que seu pai era um homem culto e com grande capacidade intelectual, apesar de não ter formação acadêmica. Sua mãe, por sua vez, foi costureira.

Maria contou-me que passou sua infância em um ambiente urbano, mas com bastante relação com o ambiente rural. Isso porque seu pai teria sido criado na roça e com uma família de relação muito estreita com o rural. Contou-me que estudou em uma escola pública que contava com uma estrutura muito boa e incomum. De acordo com ela, havia, na escola, médicos e dentistas para atendimento dos alunos.

Maria disse-me que sua família se mudou para o Rio de Janeiro e que ingressou no Colégio Militar, onde estudou até a realização do vestibular. Ela entrou para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde fez Serviço Social.

Sua decisão por esta formação teria sido motivada pela vontade de atuar em algo em que pudesse trabalhar a “questão humana” e se sentir útil em um projeto de “engajamento social”. Queria estar em um projeto onde poderia ver um “mundo melhor”. Nesse sentido, Maria teria chegado a pensar em fazer Enfermagem, mas, por influência da mãe, acabou optando pelo Serviço Social.

Maria sentia necessidade de realizar um trabalho de “intervenção social” e chegou a estagiar na área de saúde. No entanto, não gostou da experiência por ser, para ela, “muito dolorosa”. Disse-me que fazia estágio na parte da manhã, trabalhava à tarde em um banco e, à noite, ia para a UERJ. Neste momento, disse-me que teve em seu estágio ótima supervisão, no Hospital dos Surdos, que a fez perceber que não era realmente isso que ela queria. Segundo Maria, esse foi o momento em que percebeu que desejava atuar sobre as “questões sociais” de outra forma.

De acordo com Maria, sua trajetória na EMATER iniciou-se a partir do concurso público de 1987, que realizou após se formar na UERJ. A princípio, o trabalho pressuporia a atuação com assentamentos. Maria fez notar que essa atuação teria sido muito influenciada por sua trajetória familiar em relação ao contexto rural, tendo sido um momento em que sua formação coincidiu com sua proposta de trabalho (apesar de atuar com pessoas com pontos de vista distintos). Contou-me que teve toda sua atuação profissional na EMATER e que esta trajetória, que ela trilha até hoje, foi com assentamentos. Maria disse-me acreditar que, até hoje, é possível observar que as pessoas que entram na EMATER têm uma “visão de princípios da extensão rural” do ponto de vista do “engajamento da função”.

No ano de 1993, Maria trabalhou num grupo da EMATER que elaborou a primeira carta a ser enviada ao Banco Mundial em nome da empresa. A carta consistia numa consulta para o

desenvolvimento de projetos em regiões de microbacias hidrográficas, a partir de metodologias participativas. Os projetos teriam como objetivo a busca pela autonomia das comunidades, passando a ser, segundo Maria, uma evolução de um processo que começa na década de 1990, com uma visão social, econômica, ambiental, política e cultural, com uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Antes de atuar no Programa Rio Rural, Maria trabalhava no Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas, que foi extinto, mas retornou no Governo Brizola, que resgatou o Programa. Disse que começou a atuar no campo, em um processo de resgate do Programa e, em seguida, foi para a área de planejamento. Neste processo, realizou levantamentos socioeconômicos e desenvolveu os Diagnósticos Rurais Participativos (DRP). Segundo ela, mediante demandas, propostas eram elaboradas para atendimento a estas demandas e se iniciava, então, a elaboração de projetos. A partir disso, eram ofertados os recursos para atendimento às demandas dos pequenos agricultores. Estas ações, de acordo com Maria, estavam todos presentes no Plano Executivo da Microbacia.

Maria disse acreditar que conseguiu promover um maior engajamento comunitário a partir de sua atuação no Programa, tendo sido fundamental, para isso, o resgate da ação comunitária naquela região. O Programa a teria feito compreender e acreditar que qualquer ação promovida coletivamente teria grandes possibilidades de conseguir melhorar o nível econômico dos envolvidos e o caráter ambiental da região.

Mesmo tendo recebido uma gama significativa de recursos por conta do Rio Rural, Maria acredita que a EMATER também foi muito sacrificada com o Programa e toda sua demanda. Foram elaborados, segundo Maria, cerca de 25.000 projetos, materializados em muito trabalho, o que fazia com que eles sentissem como se estivessem “secando gelo”. O trabalho de extensão rural, por ser um trabalho de caráter demorado, dinâmico e com decisões tomadas sempre coletivamente, fazia com que fosse difícil realizar um trabalho com tantos projetos e tão poucos técnicos.

Maria ressalta que, desde a sensibilização da comunidade e do município, até a reunião com as comunidades das microbacias a ser realizada, é muito trabalho e tempo investido, um trabalho muito intenso. Disse que é preciso promover a adesão do agricultor, realizar o Plano Individual de Desenvolvimento (PID), realizar o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), além de articulá-lo com o Plano Executivo da Microbacia. Para ela, somente uma equipe muito articulada e preparada é capaz de assumir e dar conta de um programa deste tamanho, desta natureza. Apesar de todas estas limitações relatadas, Maria julga ter conseguido desenvolver

um bom trabalho. Para ela, todo este processo só pode acontecer se o técnico for “legitimado pela comunidade”, onde a relevância passa a ser o “engajamento da equipe no trabalho”, tornando a legitimidade uma credencial. É importante que haja confiança entre os atores do processo.

Quando perguntei sobre educação permanente no trabalho, Maria disse-me que a EMATER é o retrato da Política de Governo no Estado brasileiro. Para ela, o que existe é um projeto de desmonte do estado brasileiro e a EMATER sofre com isso. No momento em que entrou para EMATER, disse-me que existia um processo de educação permanente que, com o tempo, principalmente no governo Collor, foi prejudicado. A partir de então, a EMATER sofre e só passa a ter sua retomada no governo Lula, com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, onde se previa que houvesse capacitação permanente dos técnicos.

Maria relatou-me, ainda, que em um programa com a envergadura do Rio Rural, a ação coletiva deve ser a condição básica para o Programa instalar-se. Uma ação prerrogativa deve ser as reuniões coletivas, sempre que for iniciado um processo de trabalho. Disse que, para ela, “ações coletivas antes das ações individuais, sempre”.

Sua visão da extensão rural compartilha da ideia de que é um trabalho de evolução humano-social e ambiental. Defende que um trabalho de extensão rural “prepara a pessoa para trabalhar em qualquer lugar”. Para ela, é muito mais do que uma formação profissional ou acadêmica: é engajamento, desenvolvimento social, econômico, ambiental. Trata-se de inverter realidades e promover desenvolvimento e uma transformação para a melhoria de vida da comunidade. Segundo Maria, por mais que você queira estar no “seu quadrado”, se você não dialogar com outras áreas, não dá certo.

Ao fim da entrevista, Maria reforçou a importância do Comitê Gestor da Bacia (COGEM), onde todos cobram por incentivos e recursos. Na sua opinião, sendo as comunidades, na maior parte das vezes, muito carentes de incentivo na agricultura, um incentivo mínimo que seja já faz toda diferença. Ainda segundo Maria, todos eram muito receptivos às ações coletivas e demandas de assistência técnica, o que exigia uma recomposição dos quadros técnicos da EMATER. Para ela, por estes motivos e por todo sofrimento e desconfiança no poder público, o público-alvo do Programa é sempre muito crítico.

3.2.3 Descrição e análise da entrevista semiestruturada nº 3

A terceira e última entrevista foi realizada no dia 17 de março de 2022 com o técnico da EMATER que chamaremos aqui pelo nome fictício de José, para garantia de seu anonimato.

José disse-me ter nascido em Santa Maria Madalena, cidade da região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Hoje, com 55 anos, tem três filhos. Disse-me que cresceu numa realidade rural, por morar em um distrito de Santa Maria Madalena.

No fim do ginásio, alguns amigos teriam ido estudar no Colégio Agrícola de Campos dos Goytacazes/RJ, o Colégio Agrícola Estadual Antônio Sarlo. Por ser uma área que sempre gostou, teria optado por estudar lá, aproximando-se da temática da agricultura.

Após sua formação como técnico agropecuário, em Campos, José disse ter ficado em casa dando o suporte para seu pai, que era comerciante local. Devido a problemas de saúde de seu pai, decidiu ficar em Santa Maria Madalena/RJ. No ano de 1987, porém, teria feito o concurso da EMATER e, em 1988, assinado o contrato e passado a compor o corpo técnico da Empresa.

De início, José disse ter atuado em Magé/RJ num Programa chamado Pró-Várzea. Já em 1989, este Programa teria sido extinto. José teria passado, então, a atuar em outras ações. Em junho de 1992, disse ter ido para um escritório em Santa Maria Madalena/RJ, passando pela sede em Conceição de Macabu/RJ e Trajano de Moraes/RJ.

José contou-me que sua atuação no Programa Rio Rural foi no Município de Duque de Caxias/RJ, tendo o Programa mudado a atuação dos técnicos no município. No ano de 2014, a equipe teria elaborado mais de 200 planos de trabalho, chegando a R\$1.705.000 de investimento. Apesar de terem alguns problemas nas prestações de contas e na entrega, por parte de fornecedores, o trabalho, para José, foi muito bom para o município. José lembrou que o Prefeito de Duque de Caxias/RJ, na época, não demonstrava interesse em implantar o programa e que a equipe da EMATER teria sofrido certo boicote por parte da Prefeitura Municipal. Segundo ele, o Programa só teria sido aceito por conta de uma relação próxima de José com o vice-prefeito à época, o que facilitou a relação com a Câmara Municipal. José citou que, mesmo o Secretário de Agricultura da época sendo contrário, o Programa foi implantado.

José avaliou que o Programa fortaleceu uma visão coletiva de construção dos planejamentos e que este foi o legado do Programa. Mas, apesar do sucesso do ponto de vista da metodologia coletiva de construção do Programa, segundo José, os recursos demoraram um ano e meio para serem liberados, não tendo um devido acompanhamento e fazendo com que a liberação tivesse algumas complicações, por conta de toda burocracia do processo. Para ele, a magnitude do montante de recursos seria uma dificuldade para seu acompanhamento.

Para José, nem todos os Municípios aproveitaram o Programa Rio Rural e, segundo ele, o Programa fez muita falta. Avaliou que o maior problema seria a falta de punição para possíveis desvios de recursos do Programa. Chamou atenção também para o número reduzido de técnicos, o que teria impactado diretamente a atuação dos Programas.

De acordo com José, sem investimento, a extensão vai “afundando”. Na sua opinião, seria necessário maior valorização da extensão, pois o produtor sente a falta deste trabalho dos técnicos. Este número reduzido de técnicos faria com que não houvesse busca ativa, faltando, além de técnicos, investimento em estrutura.

Os recursos fariam diferença no dia a dia do processo de trabalho e, segundo José, seriam gastos com pagamentos como rede (*Internet*), combustível e pneus para os veículos, além da manutenção dos mesmos. José relatou que, através do Programa Rio Rural, o escritório da EMATER conseguiu um convênio com a Prefeitura por um período de quatro anos para abastecimento dos carros e material de escritório. E sinalizou que esta prática se repete em todos os municípios.

Quando perguntei sobre educação permanente, José afirmou, categoricamente, que não há. Porém, disse que existe a divulgação de algumas atividades. Segundo ele, no período do Programa Rio Rural, existiam capacitações mais destinadas ao processo burocrático e que há tempos a empresa não proporciona nenhum tipo de “reciclagem”. Segundo ele, os técnicos sentem a falta deste acompanhamento da evolução do trabalho. E, para José, a falta de capacitação não seria o maior dos problemas, mas, sim, a renovação do quadro técnico.

Atualmente, José citou fazer parte do Conselho dos Técnicos Agrícolas, coordenado pelo Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas - CFTA, e enxerga a extensão rural como uma possibilidade de mudar a realidade do campo, trazendo mais qualidade de vida para o produtor e sua família. Porém, avaliou que a estrutura da EMATER tem feito muita falta para os produtores, demandando uma maior atuação da empresa em seus territórios.

Em sua opinião, “Só atua como técnico de extensão rural quem gosta mesmo, quem se importa”. Para José, o trabalho do extensionista rural é um trabalho mais social do que técnico. Para ele, o Programa Rio rural proporcionou que se investissem em pequenas produções, incentivando a construção de uma estrutura que desse uma renda maior para os produtores. Na sua avaliação, isso faz toda diferença, e o que se necessita, agora, é de motivação e concurso para a EMATER.

De acordo com José, a atuação no interior do Estado era uma relação mais tradicional com os produtores, mais pessoal e mais próxima com a dinâmica familiar. O desafio se dava na

relação das novas tecnologias e conhecimentos desenvolvidos pelos técnicos de extensão rural e todo o conhecimento cultural, tradicional e de modelos de produção específicos de cada região. Já em Duque de Caxias/RJ, disse que foi feito um trabalho também ambiental, além do aspecto técnico, de recursos.

Por ter atuado em escritórios e territórios diferentes no decorrer da sua trajetória, José disse poder observar um perfil de beneficiários muito variado e diversificado, pois, só nos assentamentos, eram inúmeras famílias, e José percebia que nem todos beneficiários tinham o comprometimento para atuar e utilizar os recursos alocados.

José afirmou, nesse contexto, que os Comitês, no processo de escolha de seus membros, chegaram a barrar alguns nomes indicados, o que ressalta que a escolha dos nomes sempre teve um caráter coletivo. A partir daí, produtores tradicionais e outros novos produtores conseguiram desenvolver sua produção com acompanhamento da EMATER e seus técnicos de extensão rural.

José pôde observar que famílias de baixa renda eram a grande maioria, inclusive tendo o Programa auxiliado em relação ao próprio planejamento familiar. José também chamou atenção para ações de incentivo à criação de galinhas caipiras, sendo fundamental para as famílias, como o estímulo à construção também de estufas de mudas. Neste sentido, o Programa teria estimulado a agricultura familiar nesses territórios.

Ao final da entrevista, José ressaltou que, em vários municípios, ocorreram trabalhos em conjunto com o poder municipal, com outras secretarias, como por exemplo, no município de Magé/RJ. Em algumas ocasiões, a relação com o município teria rendido mais investimentos do que o próprio Programa Rio Rural.

3.3 Análise comparativa das entrevistas semiestruturadas

Neste ponto, farei uma análise comparativa das entrevistas realizadas, com o intuito de buscar fatores relacionados entre elas e, a partir disso, destacar elementos que dizem respeito à trajetória formativa, assim como as convicções ideológicas e políticas dos entrevistados.

Um primeiro aspecto observado, comum às três entrevistas, é o fato de que todos os técnicos têm uma percepção alinhada aos objetivos do Programa, no que diz respeito à construção coletiva dos projetos a serem realizados. Afinal, todos avaliam que a construção

coletiva é o fator preponderante para o sucesso dos projetos, assim como parte do processo de empoderamento do público atendido pelo Programa.

Esta visão pode ter relação com o período histórico em que os mesmos começaram suas trajetórias na EMATER, por se tratar do período pós-ditadura militar com um processo de redemocratização que vinha influenciando, e muito, todo o processo de formação destes profissionais.

Este caráter coletivo e participativo da metodologia aplicada predominantemente pelo Programa é defendido pelos técnicos muito pela sua formação político-social, assim como se pode observar numa das falas do técnico denominado pelo nome fictício de João, quando o mesmo ressalta que a “grande relevância da atuação do Técnico de Extensão Rural neste processo é poder estar trabalhando com o produtor aspectos de educação, sendo este o real papel do extensionista.”

Todos os entrevistados insistiram sobre a importância de levantar as potencialidades do local e construir, de forma conjunta, o planejamento com os produtores, na busca pela produção e autonomia. Para eles, só assim o produtor passa a ter um sentimento de identificação por estar realizando o planejamento de forma conjunta com os técnicos e a comunidade.

Este argumento é reforçado pela fala da técnica denominada pelo nome fictício de Maria, quando afirma que “todo este processo só acontece se o técnico for legitimado pela comunidade, onde a relevância passa a ser o engajamento da equipe no trabalho, tornando a legitimidade uma credencial. É importante que haja confiança entre os atores do processo”.

Todos os três técnicos realizaram o concurso da EMATER em 1987/1988, o que dialoga muito com a crítica feita pelos mesmos a respeito da falta de renovação do quadro técnico da empresa. Este concurso, a partir do que foi abordado pelos entrevistados, foi o grande concurso da empresa, tendo em vista que nos anos posteriores, a renovação de quadros ficou muito aquém do necessário para atuação dos profissionais, principalmente no período do Programa Rio Rural. Aliás, segundo um dos entrevistados, o Programa trouxe uma gama significativa de recursos e também de trabalho para a empresa, tendo a EMATER inúmeras dificuldades para realizar os projetos demandados pelo público do Programa. Esse aspecto da questão, pode ser identificado na observação de Maria em momentos de sua entrevista, quando sinaliza que Mesmo tendo recebido uma gama significativa de recursos por conta do Rio Rural, Maria acredita que a EMATER também foi muito sacrificada com o Programa e toda sua demanda. Foram elaborados, segundo Maria, cerca de 25.000 projetos, materializados em muito trabalho, o que fazia com que eles sentissem como se estivesse “secando gelo”. O trabalho de extensão rural, por ser um trabalho de caráter demorado,

dinâmico e com decisões tomadas sempre coletivamente, fazia com que fosse difícil realizar um trabalho com tantos projetos e tão poucos técnicos.

Outro ponto importante desta análise é a importância da trajetória intergeracional neste contexto. Todos os entrevistados ressaltaram as influências de seus familiares, mais especificamente seus pais, no processo de formação e de construção cultural. Um dos entrevistados, apesar de relatar ter crescido em uma realidade urbana, tem clareza da influência de seu pai no processo de construção do seu olhar para o meio ambiente como parte de um todo, além do reconhecimento da agricultura como processo fundamental para a sociedade.

Sendo assim, seguramente a origem social é fator preponderante na elucidação dessas trajetórias, pois o *habitus* primário, devido ao ambiente familiar, é uma primeira e profunda impressão social sobre o indivíduo, que sofrerá outras sedimentações ao longo da vida. Daí a importância de perseguirmos uma trajetória, o que significa “acompanhar o desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social definido por esses mesmos grupos em suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem” (MONTAGNER, 2007, 257).

A partir das entrevistas, foi também possível identificar como o caráter de formação familiar, escolar e profissional interferem sobremaneira no olhar do técnico sobre a realidade em que atua. Percebe-se que, a partir da sua bagagem crítica, o técnico poderá realizar um trabalho democrático, existindo aí a possibilidade de que os resultados, tanto do Programa que é objeto deste estudo, quanto de qualquer outra iniciativa de extensão rural, sejam mais satisfatórios do ponto de vista social e econômico.

Observei também que a *comunicação*, na relação técnico/agricultor, pode transformar-se num importante instrumento de conscientização (FREIRE, 1977), na medida em que permite o contato direto entre as partes envolvidas e uma melhor compreensão acerca das atividades a serem desenvolvidas nas propriedades agrícolas e no meio rural como um todo. Isso porque a comunicação, através de metodologias participativas e democráticas de trabalho, influencia diretamente no processo de mobilização social dos atores pertencentes ao meio rural, permitindo, ainda, a criação e o fortalecimento de vínculos entre os participantes e os promotores dos projetos de mobilização e de desenvolvimento rural.

Nas três entrevistas realizadas com os assistentes técnicos de extensão rural, ficou evidente que a trajetória desses atores é condicionante para as suas tomadas de decisão, além de nortear sua atuação profissional, percebendo o papel mediador deste técnico, estando na linha de frente da oferta da política pública (mais particularmente, o Programa Rio Rural).

Algo que também chamou atenção nas entrevistas foi a visão de que a extensão rural é um trabalho de apoio ao desenvolvimento socioambiental, algo que demanda *engajamento*. Desenvolvimento econômico, social e ambiental é um discurso comum entre os entrevistados e, segundo os próprios técnicos, algo quase *militante*.

Segundo o primeiro técnico entrevistado, assim como relatado anteriormente, a extensão rural se trata de um processo educativo, onde se trabalha com o ser humano e se envolve com ele em um processo de aprendizagem. Não se tem todas as respostas, se discute com o produtor os limites e ver a realidade dele não só como uma “praga dentro de uma folha” é um conjunto de ações. Processo educacional de educação conjunta. Pro técnico e para o produtor. Trabalha com o produtor, sua família e toda a comunidade.

As dinâmicas geracionais tem seu papel fundamental na constituição das sociedades e conseqüentemente dos campos e é neste sentido que Bourdieu aponta que uma trajetória é a objetivação de relações entre os agentes sociais e as forças que atuam num determinado campo (BOURDIEU, 1996; MONTAGNER, 2007, p. 254-255, além de ter influência direta do contexto histórico do país que se encontrava em um processo de redemocratização, durante a década de 80, fundamental para a abertura de uma janela de oportunidades que permitia o acesso ao serviço público em uma área de interesses desses técnicos.

De fato, para Bourdieu, uma trajetória social consiste numa forma singular de percorrer o espaço social, “onde se exprimem as disposições do *habitus* e reconstitui a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos” (MONTAGNER, 2007, p. 254-255). Conseqüentemente, parece fundamental considerar a família, a escola e a mídia, no mundo contemporâneo, como instâncias socializadoras que coexistem numa intensa relação de interdependência. Ou seja, instâncias que configuram hoje uma forma permanente e dinâmica de relação.

A importância destas análises está na possibilidade de contribuir para um olhar mais atento da relação entre extensão rural e os produtores, além de tentar diagnosticar alguns aspectos das estratégias direcionadas para o fortalecimento dessa relação que foram incorporadas pelas instituições que prestam os serviços de ATER, ou ainda, como esse processo foi assimilado, tanto pelos extensionistas, como pelos agricultores familiares no país.

Segundo Setton (2002), o conceito de *habitus*, elaborado por Bourdieu, busca, essencialmente, romper com as interpretações deterministas e unidimensionais das práticas e recuperar a noção dos sujeitos sociais como produtores e produtos da história de todo campo social e de experiências acumuladas no curso de uma trajetória individual. De acordo com a autora,

os habitus individuais, produtos da socialização, são constituídos em condições sociais específicas, por diferentes sistemas de disposições produzidos em condicionamentos e trajetórias diferentes, em espaços distintos como a família, a escola, o trabalho, os grupos de amigos e/ou a cultura de massa (SETTON, 2002, p. 65).

Com efeito, segundo Bourdieu (1993),

As experiências se integram na unidade de uma biografia sistemática que se organiza a partir da situação originária de classe, experimentada num tipo determinado de estrutura familiar. Desde que a história do indivíduo nunca é mais do que uma certa especificação da história coletiva de seu grupo ou de sua classe, podemos ver nos sistemas de disposições individuais variantes estruturais do habitus de grupo ou de classe [...]. O estilo pessoal, isto é, essa marca particular que carrega todos os produtos de um mesmo habitus, práticas ou obras, não é senão um desvio, ele próprio regulado e às vezes mesmo codificado, em relação ao estilo próprio a uma época ou a uma classe. (Bourdieu, 1983, p. 80-81)

Estes aspectos estudados e sinalizados por Bourdieu permitiram-me identificar um caráter importante na atuação dos técnicos de extensão rural, objeto de estudo e análise deste trabalho: a relevância da formação moral, política e acadêmica destes técnicos e como isso dialoga com o seu agir profissional.

Por se encontrarem na linha de frente da oferta de uma determinada política pública, estes técnicos atuam como mediadores destas políticas, ocupando um lugar estratégico, ligando oferta e demanda, política pública e seu público-alvo, configurando-se, necessariamente, como representantes legais do governo, atuando como mediadores, abarcando regras e normas a serem cumpridas pelos beneficiários. Estas regras devem dialogar com as normas estabelecidas nos territórios e comunidades atendidas, a partir de seus processos constitutivos, vivências, trajetórias, aspectos simbólicos e morais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho dedicou-se ao tema geral da Extensão Rural e, particularmente, à importância da trajetória de formação político-acadêmica dos técnicos de extensão rural e como isso tem impacto direto em sua percepção de atuação junto ao público atendido pelos Programas.

O texto estruturou-se da seguinte forma: no primeiro capítulo, intitulado “A extensão rural no Brasil”, busquei demonstrar o processo histórico de construção da Extensão Rural no país, relatando seu início, o momento de desmonte, assim como o processo de retomada da Extensão Rural como política de Estado. Busquei demonstrar a importância histórica do extensionista, além de traçar o caminho histórico da construção político-normativa de atuação dos técnicos de extensão rural no país no decorrer dos anos, evidenciando a distinção de trato por diferentes governos, no que diz respeito à política de extensão rural.

Uma investigação que consiga alcançar um número maior de entrevistados ou até mesmo ter um foco na escuta do público atingido pelo Programa seriam pontos a serem estudados e analisados, dando desdobramento a esta pesquisa, já que, pela busca feita no site de conteúdo acadêmico (SciELO.org), o que se pode perceber é que existe um número relativamente reduzido de artigos tendo como objeto a influência da trajetória deste técnico de extensão rural no cotidiano de sua atuação.

Este trabalho também descreveu especificamente a atuação do técnico de extensão rural no Programa Rio Rural e suas várias fases, demonstrando a complexidade do programa, além da importância, fundamental, dos técnicos de extensão rural em todos os processos. Estes profissionais tiveram, e têm, um papel de mediação entre as políticas públicas e os usuários destas políticas, estando como representações do Estado e, de certa forma, tendo um papel de traduzir as políticas públicas para seu público-alvo.

O Programa Rio Rural tinha como objetivo conciliar o aumento da renda do produtor rural com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. Para atingir este objetivo, desenvolveu uma estratégia de ação com as comunidades que vivem nas microbacias hidrográficas, espaços geográficos delimitados pela rede hídrica (nascentes, córregos, rios, aquíferos etc.). Envolveu agricultores, técnicos da Emater-Rio, educadores, estudantes e instituições parceiras, através de atividades de conscientização e trocas de experiências. O programa incentivava a adoção de sistemas produtivos sustentáveis, com técnicas mais eficientes e ambientalmente adequadas. Com incentivos financeiros diretos não reembolsáveis

do programa, 1.661 produtores receberam o total de R\$3,1 milhões para a execução das ações conservacionistas. Até 2018, foram investidos US\$233 milhões em ações de desenvolvimento, beneficiando 48 mil agricultores familiares residentes em 366 microbacias de 72 municípios.

No segundo capítulo, intitulado “O Banco Mundial e o Programa Rio Rural”, buscamos demonstrar a relevância do Banco Mundial para o aumento de investimentos nos programas de desenvolvimento rural no país, em destaque o Programa Rio Rural, responsável pela movimentação de uma quantidade significativa de recursos direcionados ao trabalho de extensão rural voltado para agricultores familiares no Estado do Rio de Janeiro. Nesse capítulo descrevemos as três fases de implementação deste programa e seus principais objetivos a partir de seus Manuais de Operações.

Observa-se que o próprio Banco Mundial, responsável pelo desenvolvimento rural baseado na “revolução verde”, a partir de sua política de investimentos, passa a financiar também projetos que se propõem a minimizar os impactos gerados por essa mesma “revolução”. Ele se tornou um grande financiador destes programas, tendo uma participação estratégica, responsável por muitas melhorias na atuação dos técnicos de extensão rural. Este aspecto também foi abordado nas entrevistas e sinalizado como fundamental, tendo reflexos visíveis no montante de recursos investidos no Programa Rio Rural. A partir deste investimento, pode-se desenvolver mais as atividades das EMATER, apesar de, em alguns casos, tal como abordado pelos entrevistados, os recursos foram repassados com uma certa falta de planejamento, prejudicando a organização e execução destes recursos na ponta, inclusive devido à falta de reposição dos quadros técnicos da EMATER.

No terceiro capítulo, intitulado “O Assessor Técnico de Extensão Rural”, tratei do objeto específico desta pesquisa, sinalizando aspectos da construção deste técnico de extensão rural e suas influências, assim como o impacto destas influências no seu agir profissional e sua visão de mundo. A partir destas análises, se evidencia o quanto a trajetória de vida a partir da relação com pais, familiares e amigos, além de sua formação acadêmica tem influência direta no trabalho de mediação destes técnicos de extensão rural, direcionando seu cotidiano de trabalho junto aos pequenos produtores da agricultura familiar no Estado do Rio de Janeiro.

As entrevistas contribuíram para se formar uma percepção desses atores, mesmo se tratando de apenas três entrevistas em um universo muito maior de técnicos que atuam com a extensão rural no Estado do Rio de Janeiro. Observar aspectos relacionados nas três entrevistas, mesmo se tratando de técnicos distintos, inclusive em sua área de formação acadêmica como

no caso de Maria, que é Assistente Social, foi fundamental para o diálogo com nossa hipótese de pesquisa.

Nossa hipótese de que o histórico de vida deste técnico de extensão rural, seu processo formativo e suas escolhas ideológicas são responsáveis pela sua forma de atuação, em grande parte, confirmaram-se nas falas dos entrevistados, dialogando com o conceito de trajetória abordado por Bourdieu. Suas trajetórias, resultado de um sistema dos traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias (Bourdieu, 1998), a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo, evidenciaram-se em suas falas.

É o que se percebe em falas como a de Maria, quando a mesma relata que sua decisão por esta formação teria sido motivada pela vontade de atuar em algo em que pudesse trabalhar a “questão humana” e se sentir útil em um projeto de “engajamento social”, para construir um “mundo melhor”. Nesse sentido, teria chegado a pensar em fazer Enfermagem, mas, por influência da mãe e de toda sua trajetória até então, acabou optando pelo Serviço Social.

Identificamos que as percepções de vida, como aspectos sociais, econômicos e de formação sócio acadêmica desenvolvidas no decorrer da trajetória dos técnicos entrevistados, foram fundamentais para a construção de uma relação de confiança entre este técnico e os usuários da política. É exatamente esta relação de confiança o ponto forte da atuação desses técnicos, bem como seu engajamento, como se pode perceber na fala do técnico entrevistado, denominado de José: “Só atua como extensor rural quem gosta mesmo, quem se importa”.

Para José, o trabalho do extensor rural é um trabalho mais social do que técnico, e que o Programa Rio rural proporcionou que se investissem em pequenas produções, incentivando a construção de uma estrutura que desse uma renda maior para os produtores. Em sua opinião isso faz toda diferença. “O que se precisa agora é de motivação e concurso para EMATER”.

Importante sinalizar, também, aspectos limitadores do ponto de vista da pesquisa, por de certa forma, tentar realizar uma análise de uma ação apenas do ponto de vista dos técnicos, o que poderá ser complementado com trabalhos futuros objetivando a busca por uma escuta, desta vez, de agricultores ou membros de suas famílias sobre a atuação dos técnicos e como isso influenciou na dinâmica de seu território e de sua família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASBRAER, Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Assistência e extensão rural no Brasil: Um debate nacional sobre as realidades e novos rumos para o desenvolvimento do país**. Julho, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1891453/mod_resource/content/0/Assistencia%20tecnica%20e%20Extens%C3%A3o%20rural%20no%20Brasil%20ASBRAER%20.pdf. Acesso em: 20 maio. 2022.

BRASIL. Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária do Rio de Janeiro. **Programa Rio Rural**. Disponível em: <http://www.microbacias.rj.gov.br>. Rio de Janeiro, RJ: 2018.

BRASIL, Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agroflorestas-conquistam-espaço-no-rj>. Brasília, DF: 2016

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa Fomento**. Disponível em: http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/inclusao-productiva-rural/programa_fomento. Brasília, DF: 2017.

BRASIL, LEI de ATER http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm#art29

BRASIL. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Catia Grisa [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das classes. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In:_____. **Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 59-73.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia** (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.

CAPORAL, Francisco. R. La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. 1998. **Tese (Doutorado)** – Universidade de Córdoba, Espanha, 1998.

CASTRO, César Nunes de. (2015). Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural, **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 12, pp. 49-59. Brasília: IPEA. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6492/1/BRU_n12_Desafios.pdf. Acesso em: 20 maio. 2022.

DAMASCENO PINHEIRO, Francine A atuação do INEA no Vale do Cuiabá, Petrópolis, RJ: remoções e violações de direitos como justificativa de proteção à vida dos afetados. *O Social em Questão* [en línea]. 2015, (33), 215-237 [fecha de Consulta 25 de Mayo de 2022]. ISSN: 1415-1804. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552256667010>.

D'OLIVEIRA, M. D. F. Capitalismo “Verde”: “Novas” fronteiras de acumulação do capital e a ameaça possível ao Assentamento Terra Prometida. Dissertação de Mestrado. / Marcelo Durão Fernandes D'Oliveira. -- 2016.

DIAS, Marcelo Miná. Diversidade atual das concepções e práticas da extensão rural. Texto elaborado para utilização como material didático da disciplina ERU-451 (Extensão Rural), oferecida pelo Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (DER-UFV). Esta versão foi publicada online em março de 2018.

DIAS, Marcelo Miná. Extensão rural para qual desenvolvimento? transcrição de uma palestra proferida no Seminário “Abordagens Atuais sobre Extensão Rural” realizado na Universidade Federal de Viçosa em julho de 2007. Foi publicado em: Dias, M. M. (Org.). *Abordagens Atuais sobre Extensão Rural*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2007. 46p.

DIAS, Marcelo Miná, COELHO France Maria Gontijo, LELIS Davi Augusto Santana. A necessidade das intervenções: Extensão Rural como serviço ou como direito? *INTERAÇÕES*, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 69-80, jan./jun. 2012. Recebido em 18/6/2011 revisado e aprovado em 20/12/2011; aceito em 15/1/2012

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira / Prefácio de Jacques Chonchol. 12ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Projetos Especiais, Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas– SERLA, convênio

IPEA, Texto para discussão 2343 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2017

LERRER, Débora; FORIGO, Adriano de Almeida. A política de silêncio do problema agrário brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 27, n. 3, p. 483-508, out. 2019.

MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: _____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 297.

MOLINA, Rodrigo Sarruge e SANFELICE, José Luís. Ditadura e educação agrícola: a ESALQ/USP e a “gênese” do agronegócio brasileiro. **Educação & Sociedade** [online]. 2018, v. 39, n. 143 [Acessado 20 Maio 2022], pp. 321-341.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias** [online]. 2007, n. 17 [Acessado 23 Maio 2022] , pp. 240-264. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000100010>>. Epub 26 Jul 2007. ISSN 1807-0337. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222007000100010>.

MOP, RIO RURAL BIRD FA. Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro - Rio Rural BIRD – Fundo Adicional. Volume I, Seção I e II. Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária – SEAPEC. Superintendência de Desenvolvimento Sustentável - SDS. 2014. Niterói - RJ.

MOP, RIO RURAL BIRD. Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro - Rio Rural - BIRD. Volume I, Seção I e II. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAPPA. Superintendência de Desenvolvimento Sustentável - SDS. 2009. Niterói - RJ.

MOP, RIO RURAL GEF. Projeto Gerenciamento Integrado de Agroecossistemas em Microbacias Hidrográficas do Norte e Noroeste Fluminense - RIO RURAL GEF. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento - SEAPPA. Superintendência de Desenvolvimento Sustentável - SDS. 2005. Niterói – RJ

MOREIRA, Roberto José. Metodologias da Reforma Agrária. **Estudos Sociedade e Agricultura**; pág. 163-177. 8 de abril de 1997.

OLIVEIRA, M. M. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 97-134, 1999.

PEIXOTO, Marcus. Extensão Rural no Brasil - Uma abordagem histórica da legislação. **Textos para discussão**, n. 48. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal – Centro de Estudos, outubro, 2008.

PEREIRA, J. M. M. O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008). Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2009.

PETTAN, Kleber. B. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): Percepções e Tendências. 2010. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola na área de concentração em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.

PINHEIRO, D. Franciane. Quando a casa sai? A política de reconstrução de moradias para os afetados em desastres socioambientais no Vale do Cuiabá – Petrópolis, RJ. 2014. 229 f. Tese de (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014

RIOS THOMSON, C.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; BORSATO, R. S. O histórico de criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e os desafios impostos a sua consolidação na conjuntura política de 2017. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 70-92, 2017. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2017.v20i1.234. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/234>. Acesso em: 20 maio. 2022.

RANGEL. Ana. V. M., OLIVEIRA. Vicente. P. S., MOREIRA. Marcos. A. O Programa Rio Rural no Estado do Rio de Janeiro: A experiência na Microbacia do canal Jurumirim, Município

de Macaé. Revista Monografias Ambientais - REMOA v. 15, n.1, jan-abr. 2016, p.302-322. Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas - UFSM, Santa Maria.

SAA. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo de São Paulo. CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral FEAP - Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista Boas Práticas Agropecuárias Um guia para pequenos e médios produtores, 2010

SEAPEC. Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária. Superintendência de Desenvolvimento Sustentável. Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro. Manual Operacional, 2014

SCHNEIDER, S; Schimitt, C. J. O uso do método comparativo nas ciências sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9 p. 49-87, 1998.

SERLA - COPPE/UFRJ, Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Iguaçu: ênfase: Controle de Inundações, Documento de Projeto, IG – RE – 010 - R0, outubro de 1994.

SETTON, Maria da Graça Jacintho A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. Revista Brasileira de Educação [online]. 2002, n. 20 [Acessado 24 Maio 2022] , pp. 60-70. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>>. Epub 04 Abr 2011. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>.

VELHO, Juliana Costa. Com quantos dólares se promove a participação social? Estudo de caso sobre a ação do banco mundial no desenvolvimento rural sustentável do rio de janeiro. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil. 2021.

ANEXOS

Anexo 1. Roteiro das entrevistas semiestruturadas

Entrevista com os técnicos de extensão rural

Nome?

Local de nascimento?

Idade?

Origem e formação escolar dos pais?

Tem filhos?

Cresceu em que tipo de realidade? Urbana? Rural?

Qual o porquê da decisão de optar por esta formação?

Qual a trajetória escolar?

Qual sua trajetória profissional?

De que se tratou, na prática, o Programa Rio Rural?

Como foi a sua experiência com o Programa Rio Rural?

Você assistiu a algum efeito prático do Programa?

Como a chegada de recursos para o Programa Rio Rural impacta a dinâmica da Emater?

O que os investimentos têm a ver com a atuação dos agentes na prática?

Qual a relevância da atuação do ATER neste processo?

Existe capacitação e educação permanente pós contratação?

Você integra algum sindicato ou algum movimento social?

Você acha que existe alguma lacuna entre as diretrizes do programa e a realidade no campo?

A partir da sua formação, como você enxerga a Extensão Rural?

O que você aprendeu ajudou a lidar com as pessoas no campo?

O que você pôde identificar de perfil das famílias beneficiadas a partir da sua atuação?